

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**O *Direito à Cidade* através da Produção de Espaços contra
hegemônicos pelos *Sujeitos Periféricos* na Ilha do Bororé**

Jéssica de Souza Zampieri

São Paulo
2022

“[...] a realidade é, além disso, tudo aquilo que ainda não nos tornamos, ou seja, tudo aquilo que nós mesmos nos projetamos como seres humanos, por intermédio dos mitos, das escolhas, das decisões e das lutas”.

A. Schmidt

“[...] No entanto, construir em um tempo em que não há saídas nem respostas é justamente construir as respostas e saídas de um novo tempo”

Tiaraju D'Andrea

JESSICA DE SOUZA ZAMPIERI

**O *Direito à Cidade* através da Produção de Espaços contra hegemônicos pelos
Sujeitos Periféricos na Ilha do Bororé**

Trabalho de Graduação Individual (TGI) entregue ao
Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título
de Bacharel em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Prof^a Dr^a Simone Scifoni

São Paulo
2022

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional, sem dúvidas as melhores pessoas do mundo, amo muito vocês!

Aos meus amigos, muito obrigada pelas conversas, reflexões, todos os momentos bons e ruins, por estarem sempre dispostos a me ouvir e apoiar, me abrindo os olhos para um horizonte cheio de possibilidades maravilhosas mesmo quando parece difícil enxergar. Gratidão, em especial, a Babi, a Emily, ao Gabriel, a Jenifer, ao Moroni, a Natália e a Rebeca, vocês são pessoas incríveis com quem espero ter o prazer de continuar compartilhando momentos por muitos e muitos anos.

Agradeço aos professores que me acompanharam ao longo do curso, em especial a Simone Scifoni, pela orientação e apoio durante a elaboração deste trabalho e nas disciplinas do curso, também ao Jorge Bassani, pela oportunidade, orientação e parceria durante o desenvolvimento do projeto de extensão na Ilha do Bororé, tenho por ambos profunda admiração e carinho.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação dentro e fora da universidade, o meu muito obrigada!

LISTA DE SIGLAS

AMIB – Associação dos Moradores Locais do Bororé
CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
E.E. – Escola Estadual
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EMAE – Empresa Metropolitana de Água e Energia
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
LPUOS – Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
PDE – Plano Diretor Estratégico
PNM – Parque Natural Municipal
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SMA – Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
UBS – Unidade Básica de Saúde
Zeis - Zonas Espaciais de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cidade de São Paulo.....	13
Figura 2 - Eixo temporal do processo de urbanização completa da sociedade.....	14
Figura 3 - A Represa Guarapiranga em 1908.....	30
Figura 4 – Linha de ônibus 6L11-10.....	43
Figura 5 – Atividade na Ilha do Bororé.....	45
Figura 6 - Periferia.....	50
Figura 7 – Casa Ecoativa.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Características da população por região.....	37
Gráfico 2 – Percepção dos moradores sobre serviços próximos.....	38

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Índice de Urbanidade e justiça espacial do município de São Paulo.....	21
Mapa 2 – Subprefeitura Capela do Socorro.....	27
Mapa 3 – Ilha do Bororé. Elaboração:.....	27
Mapa 4 - Rodoanel.	32
Mapa 5 - Distritos por porte populacional.....	36
Mapa 6 - Sabesp em São Paulo.. ..	39
Mapa 7- Enel em São Paulo.. ..	39
Mapa 8 - Correios em São Paulo.....	38
Mapa 9 - Poupatempo em São Paulo. Elaboração.....	38
Mapa 10 - Shopping center em São Paulo.....	38
Mapa 11 - Bibliotecas em São Paulo.....	39
Mapa 12 - Espaços Culturais em São Paulo.	39
Mapa 13 - Museus em São Paulo.....	39
Mapa 14 - Teatro, Cinema, Show em São Paulo.	39
Mapa 15 – Centros esportivos em São Paulo.	40
Mapa 16 – Clubes em São Paulo.	40
Mapa 17 – Clubes da comunidade em São Paulo.	40
Mapa 18 - Ensino infantil em São Paulo.	40
Mapa 19 - Ensino fundamental e médio em São Paulo.....	40
Mapa 20 - Ensino Técnico em São Paulo.	40
Mapa 21 - Hospitais em São Paulo.	41
Mapa 22 - Pronto-socorro em São Paulo.	41
Mapa 23 - UBS em São Paulo.....	41
Mapa 24 - Linhas do Metrô e CPTM de São Paulo.	43
Mapa 25 - Trajeto das linhas de ônibus em São Paulo.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Urbanidade e justiça social no município de São Paulo.....	20
Tabela 2 - População nos Anos de Levantamento Censitário.....	31

SUMÁRIO

Introdução	10
PARTE I	13
1.1 As cidades, a cidade de São Paulo	13
1.2 A Periferia	22
PARTE II	26
2.1 A Produção do espaço hegemônico	26
2.2 A APABC - Área de Preservação Ambiental Bororé-Colônia	35
2.3 Sobre Dados e Estatísticas	36
2.4 Experiências contra hegemônicas	45
2.5 Conselho Gestor da APA e a Associação dos Moradores da Ilha do Bororé	46
PARTE III	48
3.1 O direito a cidade	48
3.2 O Sujeito periférico	50
3.3 A Casa Ecoativa	53
3.4 A Praça Pública	55
Considerações finais	56
Referências	59

Introdução

O presente trabalho objetiva conduzir à reflexões acerca das forças atuantes na produção do espaço no bairro Ilha do Bororé, reconhecendo por um lado a atuação hegemônica baseada na produção de espaços baseados na lógica do valor de troca e por outro a força de resistência baseada na produção de espaços contra hegemônicos baseados na lógica do valor de uso, sendo este último protagonizado pela ação política dos *Sujeitos Periféricos* na busca pela realização do Direito à Cidade.

Partindo do entendimento do território enquanto um espaço em disputa, reconhecemos a atuação de forças hegemônicas que trazem em seu modo de atuação uma noção de transformação desenvolvimentista incapaz de compreender e abarcar os sujeitos sociais e suas relações com o espaço urbano, ao mesmo tempo em que forças opositoras atuam no sentido de manutenção ou reconstrução de vínculos sustentados pela relação cotidiana com sujeitos e lugares, esforços estes que são coletivos e evidenciam a luta pelo Direito à Cidade através de ações e articulações dotadas de saberes, pertencimento e crítica, corroborando com a existência de espaços legítimos, baseados em valor de uso, capazes de manter e dar vitalidade a vida na cidade.

Com o intuito de exemplificar esta segunda forma de produção do espaço, que ocorre em diferentes localidades do urbano e em cada qual tem especificidades quanto a própria configuração e dinâmica, a seleção de um bairro específico da periferia sul da cidade de São Paulo se deu por duas motivações principais. A primeira devido à proximidade construída durante o do desenvolvimento de trabalhos vinculados ao projeto de extensão universitária *Contra-cartografias do Bororé: Memória e Território*, projeto este iniciado pelo grupo de estudos *Mapografias Urbanas* da FAU-USP, cujos envolvidos incluem pesquisadores também do Departamento de Geografia e outras faculdades da Universidade de São Paulo. O segundo diz respeito ao território em si e sua condição simultânea de periferia e área de preservação ambiental, condição esta que suscita reflexões ampliadas da dinâmica urbana explicitando a demanda por recursos de diferentes ordens, mas essencialmente vinculados à reprodução da vida humana na cidade.

Àqueles cuja relação com a periferia se funde com a própria história de vida, o reconhecimento das ações em curso no território em questão mostra-se de riqueza ímpar para apreciação e engajamento. Afinal, são ações em processo contínuo e o exercício

da prática reflexiva traz à tona possibilidades de fortalecimento e ampliação, seja em escala local ou global, na verdade, ao considerarmos estas escalas em sua simultaneidade é que podemos alcançar a visão sobre a totalidade desses processos.

Na primeira parte do trabalho são abordadas questões relativas ao processo de metropolização da cidade de São Paulo, tais como seu crescimento acelerado e consequente geração de desigualdades, expressas tanto em suas formas quanto em seus conteúdos. Assim, podemos traçar uma linha de raciocínio pertinente a compreensão da produção do espaço urbano segundo as forças e intencionalidades atuantes que permitiram a constituição de espaços ditos centrais e os espaços ditos periféricos.

Na segunda parte, questões relacionadas ao território em questão são apresentadas de forma mais aprofundada, resgatando aspectos históricos do processo de sua formação e configuração, assim como dados atuais relativos a população e aos equipamentos disponíveis nas proximidades do bairro, de modo a compreender suas características em relação a configuração das demais regiões da cidade assim como suas carências e demandas.

Por fim, cabe mobilizar os conceitos centrais para a reflexão que se pretende construir através da pesquisa realizada, sendo eles o *Direito à Cidade*, de Henri Lefebvre, e o *Sujeito Periférico*, de Tiaraju D'andrea, relacionando-os com a produção de espaços contra hegemônicos na Ilha do Bororé através da atuação de seus moradores por meio de organizações locais como, em especial, a Casa Ecoativa, a Associação de moradores da Ilha do Bororé e o Conselho Gestor da APA Bororé-Colônia. Embora não sejam as únicas organizações em atuação no território, foram os selecionados por protagonizarem duas ações em especial, são elas a ocupação de uma antiga propriedade onde hoje está sediada a Casa Ecoativa e a construção por mutirão da primeira praça pública do bairro. Exemplos pertinentes da busca pela realização do Direito a Cidade através do engendramento de ações políticas e afirmativas pela e para a população periférica.

Para a reflexão sobre as ações em questão foram usadas principalmente bibliografia existente e entrevistas com moradores e ex-moradores da Ilha do Bororé, estes que relataram suas experiências e perspectivas a partir das vivências individuais e coletivas.

PARTE I



Figura 1 - Cidade de São Paulo. Fonte: pixabay.com. Acesso em jun. 2021.

1.1 As cidades, a cidade de São Paulo

A cidade de São Paulo é constituída por múltiplos territórios e territorialidades, abarca imensa diversidade cultural, social e política. É efervescente e possui paisagens mutáveis que a configuram e reconfiguram constantemente. São, estas paisagens, construções coletivas da sociedade, através delas empreendemos reflexões acerca de sua constituição histórica e relacional. Embora muitas vezes compreendida como uma retrato do mundo atual, a paisagem inclui em sua dimensão visível os processos que abarcam outros tempos, a elas são vinculadas relações afetivas e memórias, ao passo que também se revelam interesses predominantes, conquistas, conflitos e disputas.

O conceito de cidade é um conceito obscuro, pois abarca uma grande diversidade de características distintas (Lencioni, 2008), estando em constante movimento e submetida a mudanças recorrentes, exige com frequência a complementação de adjetivos. Ao longo dos estudos acerca das cidades, a fim de abranger suas características, funções e transformações, foram sendo agregadas adjetivações, tais como cidade de fronteira, cidade grega, cidade colonial, cidade medieval, cidade portuária, cidade turística, cidade mineradora, cidade industrial, etc. No entanto, ao pensar sobre a definição quanto conceito é fundamental que haja o exercício de captura do que é essencial ao objeto motivo da reflexão. Nesse sentido, além da relevância das condições nas cidades de aglomeração e sedentarismo, elencadas por diversos autores,

é necessário que o conceito esteja situado na história, a uma sociedade e a um território específico.

O filósofo Henri Lefebvre foi um dos intelectuais que mais estudou as cidades, em seu livro *O Direito à Cidade*, publicado originalmente em 1968, ele a definiu de como “a projeção da sociedade sobre o terreno” (p. 64). Lefebvre (2008) em sua interpretação sobre a cidade, considera suas características, funções, partes e transformações e pontua que até o início do sistema capitalista as cidades eram muito mais obra do que produto. Sua interpretação de cidade compreende o processo de explosão da mesma, originando a realidade urbana diante da qual substitui-se a realidade da cidade histórica, mas, ao mesmo tempo, a incorpora. Nesse sentido, o urbano é marcado pela persistência da cidade, nela a centralidade se afirma e as aglomerações se condensam, de forma simultânea ocorre a dispersão das aglomerações pelos espaços periféricos à cidade, o que contrapõe sua forma tradicional. A linha do tempo traçada por Lefebvre exemplifica a periodização do processo de urbanização da sociedade, desde sua inexistência, até seu auge e plenitude (Fig. 2), identificando o processo em direção a uma zona crítica, pois este período atual denota a crise do capitalismo industrial e do espaço industrial como seu produto. “A industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada” (2008:25), estando então submetida à urbanização, generaliza global e totalmente seu próprio modo de viver: a sociedade urbana.

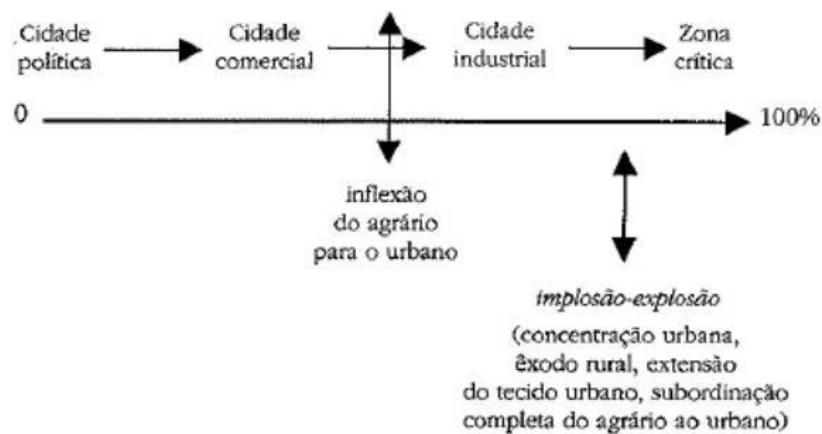


Figura 2 - Eixo temporal do processo de urbanização completa da sociedade. Fonte: LEFEBVRE (2008).

Com a generalização da mercadoria, a partir da industrialização, aos poucos as estruturas sociais foram sendo modificadas e o espaço urbano assumindo de maneira crescente o valor de troca em sua estruturação. No contexto contemporâneo, as cidades

manifestam concretamente as contradições entre valor de uso e valor de troca, conflito intrínseco à sociedade capitalista. Sendo que na produção da cidade enquanto produto mercantil, o valor de uso abarca a realização da existência humana através dos usos dos espaços-tempos da cidade, ao passo em que o valor de troca se dá pela possibilidade de realização da produção capitalista como processo de produção de mais valia. Para Lefebvre, essa formulação insiste nas trocas e nos locais de troca: põe em evidencia a quantidade das trocas econômicas e deixa de lado a qualidade, a diferença essencial entre valor de uso e valor de troca. (LEFEBVRE, 2016:79)

As cidades vêm sendo construídas para a reprodução ampliada do capital, cujos alicerces estão na propriedade privada e na concentração da riqueza. Diante disso, a produção do espaço urbano conduz a justaposição de hierarquia social-hierarquia espacial.

A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio enormes riquezas em objetos e em dinheiro. (LEFEBVRE, 2001)

Atualmente, ao pensarmos as cidades é imprescindível considerar o processo de globalização pelo qual passam todos os continentes, e que revela uma nova relação entre as cidades e a internacionalização, realizada pelo conjunto de objetos e relações criadas em uma divisão internacional do trabalho que visa a mundialização dos lugares. Neste processo, destacam-se as metrópoles globais, adjetivo condizente com a atual situação da cidade de São Paulo (SANTOS, 1990).

Desde meados da década de 1980 assistimos ao aprofundamento dos processos de integração global da economia, da sociedade, da cultura e da política. Novos limites e novas espacialidades são criadas conforme o avanço da tecnologia. Com a tendência de concentração das técnicas, as cidades cresceram e o encontro de culturas distintas criou possibilidades de múltiplas interpretações da paisagem. A afirmação das condições atuais, segundo Santos (1990), acontece pela existência de uma tecnosfera e de uma psicoesfera, a primeira consolidando objetos que atendem diretamente à necessidades de produção capitalista, enquanto que a segunda condiciona as mentes para a aceitação destas novas condições de existência, de modo a garantir a imersão no consumo e perpetuação de espaços dotados de valor de troca.

A consolidação do processo de mundialização da sociedade, através de rápidos processos de transformação, imprime suas marcas tanto nas paisagens quanto nas consciências.

Desta forma, é fundamental compreender que a produção e reprodução do espaço tornaram-se essenciais para a reprodução do sistema capitalista e que isso surte efeitos imediatos na vida cotidiana dos indivíduos. Para Carlos (2003), a cidade é produzida a partir do modo como o processo de reprodução do capital se realiza, à depender de sua fase histórica, e do espaço tratado, que determina não apenas o modo como se dá o trabalho na sociedade, mas como esta vive, habita e representa seus espaços. A fragmentação dos espaços urbanos é inerente a este processo, pois a cidade mercadoria precisa ser dividida e compartimentada para se realizar enquanto valor de troca, enquanto propriedade privada. As desigualdades tornam-se impressas nas paisagens urbanas conforme esta apropriação mediada pelo dinheiro ocorre, concomitante, há também desigualdades entre aqueles que habitam a cidade, porém, o nível da forma não é suficiente para expor e explicar as contradições e às ideologias que permeiam e naturalizam todas as esferas em que estes processos ocorrem.

No contexto paulistano, a cidade surge enquanto uma "instituição jurídica, administrativa, política e social mais do que como fato econômico", segundo Damiani (2004) ao citar Oliveira Viana e Nelson Omegna, desta forma, a cultura do poder e do prestígio associadas à ideia de modernidade ganham uma dimensão central, ainda que, assim como no restante do país, estivesse atrelada a culturas mais tradicionais e fundamentalmente influenciada por modelos estrangeiros. Mesmo que seja uma cidade fundada no século XVI, é apenas no século XIX que encontramos o início do processo de metropolização em São Paulo, resultando em sua metamorfose. A modernização foi marcada pela industrialização e carregada de simbolismos que no processo criou forte apelo ao individualismo e diferenciação em relação a quem está "dentro", detentor de poder que usufrui dos espaços mais marcados pelo processo de modernização, e quem está "fora" e não participaativamente das decisões políticas na cidade, conduzindo a formas de desigualdade muito características. Sobre isso, o geógrafo Milton Santos realça aspectos do contexto brasileiro que tiveram importante impacto negativo no processo de formação da ideia de cidadania e da realidade dos cidadãos brasileiros, pois:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, a urbanização galopante e concentradora, a

expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, por que é o instrumento da buscada ascensão social. (SANTOS, 2020)

A mencionada busca pela ascensão social passa, na contemporaneidade, pela dissolução das relações sociais entre os seres humanos e entre os seres humanos e seus objetos. A cidade tornada produto para a realização do capital condiciona a destruição das referências culturais das populações urbanas, a prioridade sendo a realização econômica em tempo acelerado produz “as possibilidades que atestam o empobrecimento das relações de vizinhança, a mudança das relações dos homens com os objetos que lhe são próximos e o esfacelamento das relações familiares” (CARLOS, 2007).

A valorização do solo urbano surge com grande poder de influência nas dinâmicas da cidade de São Paulo, pois em detrimento da função social da propriedade o que se realiza com maior ênfase é a atuação dos setores econômicos que, com interesses privados, têm no espaço as condições necessárias para a realização do lucro. Nesse contexto, a acumulação e a especulação ocorrem no sentido de atender aos interesses do setor imobiliário, que através de mecanismos estratégicos influencia na localização de moradia dos trabalhadores, estes cada vez mais afetados pelo distanciamento entre local de trabalho, moradia e lazer. Sendo assim, obrigados a vivenciar, diariamente, horas de deslocamento em transportes coletivos. Tal dinâmica se mantém na realidade da população paulistana. Na pesquisa “Viver em São Paulo: Mobilidade Urbana”, realizada pela Rede Nossa São Paulo em parceria com o Ibope Inteligência no ano de 2020, esses trabalhadores gastam, hoje, em média 2h31 em transporte coletivo público todos os dias ou quase todos os dias.

O poder do Estado exercido no espaço enquanto dominação política através de instrumentos normativos é também capaz de interferir na sua reprodução, direcionando e hierarquizando os investimento nas cidades (CARLOS, 2007). No entanto, a sua atuação no contexto de acelerado crescimento metropolitano em São Paulo aconteceu tarde, através de instrumentos legais na tentativa mínima de ordenamento do uso do solo. Ocorre a partir de um período no qual o desenho urbano já está, em grande parte, traçado pela ação de grupos privados e passa a atuar apenas nos núcleos de

ocupação criados por estes grupos, colocando os investimentos públicos a serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor (KOWARICK, 1979).

A força desses atores, ainda legitimada pelo poder simbólico exercido pela mídia, ao considerar a própria formação da metrópole de São Paulo, assume o papel de representante de uma territorialidade externa que se pretende universal, no sentido da padronização do território em escalas variadas dentro de uma lógica de controle e de caráter funcional.

O espaço, soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é o formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não construído, mas sustentável – face ao avanço da ciência e das técnicas e as necessidades econômicas e políticas ou simplesmente militares – de tornar-se um valor, não específico ou particular, mas universal, como os das mercadorias no mercado mundial. (SANTOS, 2004)

A atual organização territorial, tem assumido características de “territórios-rede” dominado pelas grandes corporações empresariais, em processo gradativo de multi ou transnacionalização. O interesse das empresas reside no controle de redes e fluxos, mais do que em zonas, ainda que estas sejam consideradas. Sendo assim, as subjetividades na escala do lugar e a articulação de seus diversos atores pouco se destacam, dentro dessa perspectiva a tendência para o distanciamento e a homogeneização partindo dos interesses hegemônicos em escala global é o que prevalece. Ainda assim, o que de fato vemos nesse processo é, ao mesmo tempo, homogeneização, fragmentação e hierarquização, centralidades e periferias constituídas a partir de interesses econômicos. Em função da produção e reprodução necessárias ao capital, novas centralidades periféricas vão sendo criadas, atraindo investimentos públicos e privados e alterando dinâmicas anteriormente em curso. A prevalência do interesse econômico esfacela memórias e relações de pertencimento entre sujeitos e lugares, aspectos fundamentais para a realização da democracia através do processo de apropriação e fortalecimento político do cidadão. Daí a importância de questionar quais os interesses que prevalecem ou que têm prevalecido nas dinâmicas de poder que mais influenciam na produção do espaço na cidade. Segundo Lefebvre (1968, p.95) “A forma na qual esta problemática se inscreve levanta certas questões que fazem parte dela. Diante de quem e para quem é que se estabelece a simultaneidade, a reunião dos conteúdos da vida urbana?”

Na busca pela compreensão destes processos em sua completude se faz necessário considerar variáveis em diferentes escalas, na presente pesquisa o destaque é dado à escala local, o bairro, unidade mínima reconhecida pela maioria dos cidadãos, na qual temos o plano da vida cotidiana e do lugar, estes que permitem a materialização da reprodução das relações sociais e suas contradições face aos conflitos entre as necessidades do capital e as necessidades da existência humana, carregando em suas dinâmicas as potencialidades para modificações positivas no sentido de conduzir à mobilização de recursos destinados ao que de fato carece o cidadão, sendo não os reclamos de ordem social que orbitam à esfera do econômico, político e militar, mas à educação, a saúde, a cultura e o lazer. Quanto a isso, questiona Lefebvre (2016 p.79) “Se o desejo é superar o mercado, a lei do valor de troca, o dinheiro e o lucro. Não será necessário definir o lugar dessa possibilidade: a sociedade urbana, a cidade como valor de uso?”.

Atualmente, a expansão urbana para as periferias, em especial no contexto da metrópole paulistana, associa a desqualificação urbanística caracterizada frequentemente pela insuficiência de equipamentos públicos, acessibilidade e transportes a vários problemas sociais, além da oferta precária de espaços verdes e espaços públicos. A participação dos grupos periféricos em processos políticos decisórios é também limitada mesmo em sua representatividade, são trabalhadores com as menores rendas e a maior exposição as situações de vulnerabilidade. Em oposição, está a parcela da sociedade que ocupa as centralidades, usufruindo tanto dos desenvolvimentos no campo econômico e tecnológico quanto na participação e representatividade nas decisões políticas.

[...] Por detrás desta visão reside a ideia de que as massas são incapazes para as funções de governo. Seria como se o ato de governar fosse, por definição, o privilégio de uma elite, restrita e iluminada, que sabe o que é o certo e o errado para o conjunto da sociedade. Neste tipo de ideologia, as camadas populares não só seriam desclassificadas para interferir no processo decisório, como também todas as vezes que o fizessem haveria uma degradação da política. (KOWARICK, 1979)

Essas populações não estão à parte das dinâmicas do restante da cidade, do país, do mundo, elas também compõem a totalidade, vivem conflitos, possuem potencialidades e demandas acerca dos próprios direitos essenciais. Nesse sentido, a negação de sua participação ativa nos processos decisórios conduzem a sociedade à uma situação antidemocrática, que deteriora espaços, relações e modos de vida,

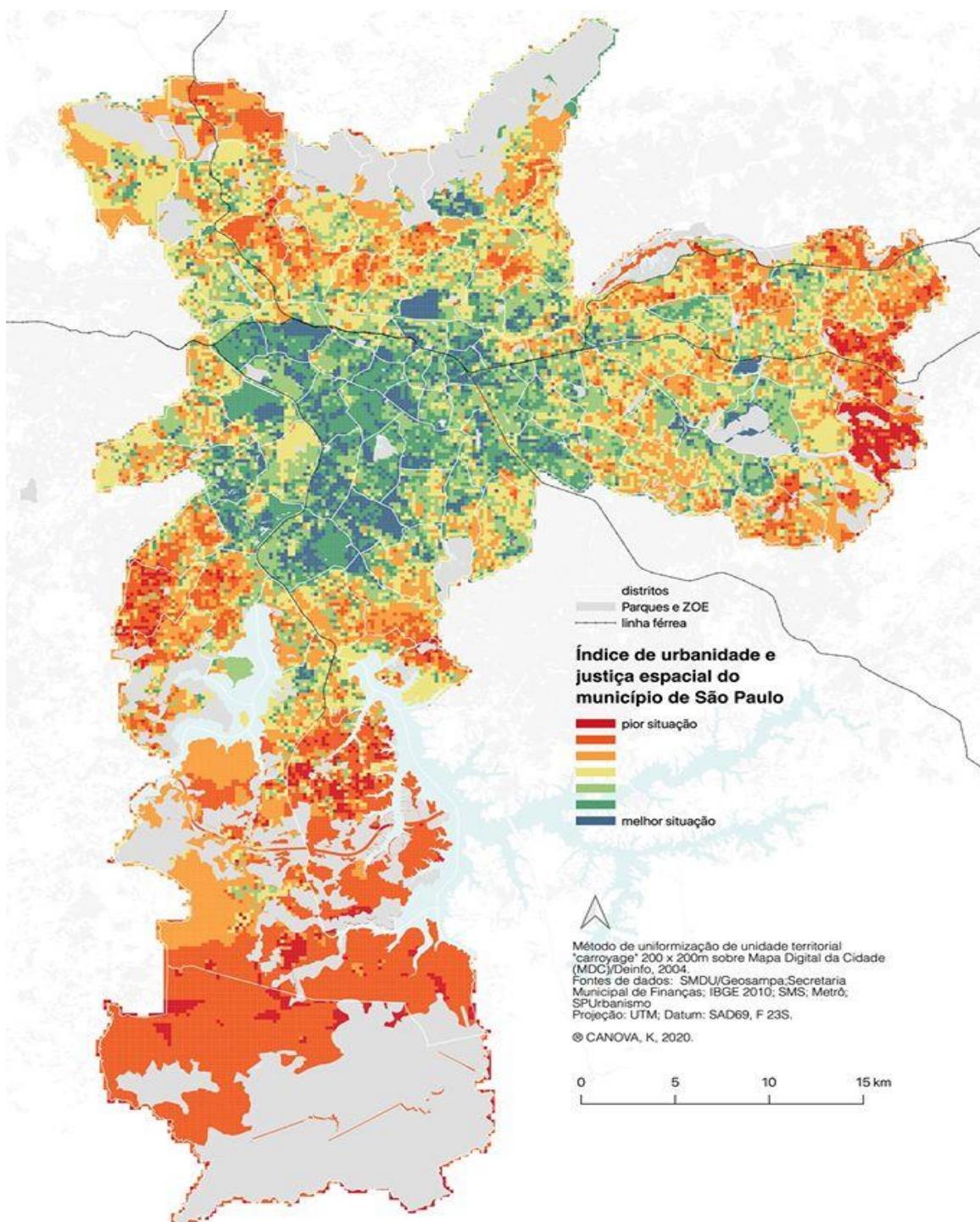
mantendo situações de desigualdade, vulnerabilidade e violência. É urgente a necessidade da retomada da questão cidadã por parte das classes subalternas, cobrando direitos e deveres de participação na criação das obras sociais e no controle dessas obras. Assim, através da ampliação dos direitos e deveres implícitos no exercício da cidadania emerge a possibilidade de usufruto dos benefícios materiais e culturais do desenvolvimento e da interferência no destino deste mesmo desenvolvimento.

Em sua tese de doutoramento de 2020, *Urbanidade e justiça espacial na cidade de São Paulo: metodologia de análise e subsídio para tomada de decisão no planejamento urbano*, a pesquisadora Katia Canova, a fim de qualificar o território urbano quanto a sua urbanidade e justiça espacial, apresenta índices baseados em indicadores e conceitos selecionados e combinados. Recorrendo principalmente a base de dados como a do IBGE, IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, das secretarias municipais, plataforma Geosampa e a SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, analisa a eficácia dos investimentos públicos com o objetivo de garantir um aumento na qualidade de vida e da equidade entre os cidadãos nas diversas áreas da cidade de São Paulo. A partir de seu estudo direcionado, a autora elabora o seguinte quadro de indicadores pertinentes a urbanidade e justiça espacial:

EIXOS DE ORIGEM	TEMA	INDICADORES	Fonte	Ano
URBANIDADE	DENSIDADE POPULACIONAL	habitantes/área	IBGE	2010
	COMPACIDADE	área construída/área	IPTU	2019
		área privada/área pública/área	IPTU	2019
		TO médio/área	IPTU	2019
	USO MISTO	ZC/área	SMDU	2016
		uso misto/área	IPTU	2019
	ACESSIBILIDADE/ SINTAXE ESPACIAL	concentração de nós/área	SMDU	2016
JUSTIÇA ESPACIAL		metros lineares de vias/área	SMDU	2018
		tempo de deslocamento casa-trabalho/área	OD/Metrô	2017
	EMPREGO	emprego/hab/área	IDH	2010
	VALOR SOLO	\$/m ² /área	IPTU	2019
	INVESTIMENTOS PÚBLICOS	investimento Fundurb/área	SMDU	2013/18
	HABITAÇÃO SOCIAL	HIS, favelas, núcleos, lotamentos e cortiços	Habitasampa	2020
	DEMANDA POR EQUIPAMENTOS SOCIAIS	Equipamentos básicos de saúde, educação e assistência social	SMS, SME, SMADS	2015
SANEAMENTO BÁSICO		Dados de entorno: lixo, esgoto, pavimentação, iluminação, arborização, ausência de sanitário	IBGE	2010
	CRIANÇAS E IDOSOS	maiores concentrações de crianças até 4 anos e idosos com mais de 60 anos	IDH	2010

Tabela 1 - urbanidade e da justiça social no município de São Paulo. CANOVA (2020)

Através da análise dos dados elencados a partir destes indicadores Canova elabora a composição cartográfica de situações de contemplação maior ou menor de urbanidade e da justiça social no município de São Paulo.



Mapa 1 - Índice de Urbanidade e justiça espacial do município de São Paulo. CANOVA (2019).

No mapa baseado nos Indicadores de Urbanidade e Justiça Espacial do município de São Paulo é possível observar as acentuadas desigualdades presentes no território. As melhores condições de urbanidade e justiça espacial, em azul e verde, correspondem as áreas de maior investimento público e interesses privados, compreendendo em grande parte a região central e sudoeste da cidade. Estão também associadas as regiões próximas ao rio Pinheiros e Tietê, além dos eixos ferroviários mais próximos ao centro. Quanto as regiões com as piores condições de urbanidade e justiça espacial, que destacam-se em vermelho e laranja escuro, podemos observar que estão localizadas nas bordas da cidade, evidenciando a concentração de vulnerabilidades no espaço urbano.

1.2 A Periferia

Ao longo do século XX, o processo de industrialização foi determinante para a conformação da urbanização no país. Assumindo a centralidade da nova divisão social do trabalho, as indústrias demandaram grande volume de mão de obra e ampla infraestrutura urbana. A capital paulista, por já possuir, no início deste processo, infraestrutura necessária à produção industrial, torna-se centralidade favorecida pelo crescimento econômico nacional, o que consolida seu crescimento e aumento populacional em curso. Os fluxos migratórios estimulados pela demanda industrial, simultaneamente corroborados pela expulsão de significativo contingente populacional das áreas rurais, trouxeram também as demandas por garantias para a reprodução da vida dos trabalhadores.

Marcadas por um êxodo rural altíssimo entre 1940 e 1991, quando a população urbana passou de 31,2% a 75% do total da população nacional, as cidades brasileiras cresceram desprovidas de infraestrutura mínima. As consequências não foram poucas, sobretudo a segregação espacial de bairros que, abandonados ao descaso, à margem de qualquer condição de dignidade, foram gerados sob a conivência do poder público. (JUNIOR, Nelson Saule; UZZO, Karina; 2012)

Nesse processo, a parcela do setor econômico voltada ao mercado imobiliário exerceu e exerce ativa participação na valorização do espaço na cidade, determinando formas de uso e ocupação do solo urbano. Ao passo em que o Estado

garante a manutenção dessa atuação baseada na lógica da realização econômica ao possibilitar e construir a infraestrutura necessária para tanto.

Essa valorização dos espaços e serviços disponíveis assume caráter segregacionista ao determinar perfis socioeconômicos na conformação das áreas da cidade. A população trabalhadora é impelida a deslocar-se devido à dificuldade em arcar com o crescente custo de vida nas regiões centrais. Desta maneira, aos trabalhadores não resta outra alternativa a não ser a busca por localizações distantes e menos valorizadas, de pouca ou nenhuma infraestrutura urbana para residir, o que tem como uma de suas consequências a degradação ambiental, inevitável no processo de ocupação das bordas da cidade.

A expansão desordenada, horizontalizada e espalhada da metrópole de São Paulo tem empurrado a população pobre na direção sul do município e sudeste da Região Metropolitana, provocando a invasão das áreas de proteção aos mananciais. As bacias hidrográficas tributárias das represas Billings e Guarapiranga, protegidas legalmente desde 1975, conheceram alterações nas formas de uso do solo. (Sporl e Seabra, 1997)

Assistimos assim ao crescimento das periferias, as bordas da cidade se estendendo, criando vivências e condições submetidas a constantes readaptações.

Apesar disso, a ideologia de bairro, em contraponto a ideologia dominante, permanece na metrópole fragmentada por periferias diversas, evidenciando a permanência dos processos de disputa na construção material e de narrativas sobre o espaço habitado.

As narrativas sobre o que vem a ser periferia e seus sujeitos passam por importante ressignificação principalmente a partir dos anos 1990, apesar de na área da ciência geográfica o espaço urbano ter ganhado destaque já na década de 1970/80, o viés acadêmico acerca do tema ainda estava muito vinculado a perspectivas hegemônicas desse território. No entanto, as intensas movimentações populares de cunho cultural e político que vão se dando de forma renovada nas periferias da cidade de São Paulo a partir do final da década de 1980 e início de 1990 trazem novas perspectivas de agência ao sujeito periférico, conceito este apresentado pelo sociólogo Tiaraju Pablo D'Andrea em sua tese *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo* (2013), ao habitante da periferia que com a consciência de sua condição pensa e age com consciência crítica e política.

O orgulho de ser periférico e a efervescência cultural nesse meio, por vezes atrelado apenas a violência e a escassez, fomentam novas propostas e políticas que têm foco nas vivências e identidades locais, os sujeitos locais conquistam voz, reivindicam seu território, expondo a sua maneira demandas e potencialidades que reconhecem a partir de si e dos seus.

Quando deixa de ser uma categoria operativa em temos de dicotomia espacial (pois há condomínios de luxo em bairros afastados, assim como presença de pobres e moradias precárias em regiões centrais), ela é assumida, por exemplo, no discurso dos rappers, com uma conotação positiva, enfatizando não já a carência, mas o pertencimento. Há aí uma certa visão propositiva, segundo a qual "ser da periferia" significa participar de um certo *ethos* que inclui tanto uma capacidade para enfrentar as duras condições de vida, quanto pertencer a redes de sociabilidade, a compartilhar certos gostos e valores. (MAGNANI, 2006, p. 37)

Apesar dos ataques aos quais os grupos ditos minoritários foram submetidos ao longo da história do nosso país, mantemos seus saberes presentes em nossa cultura, seja nas relações, na culinária, nas festas, nas formas de cultivo, nas formas de organização, de trabalho, etc. É fundamental reconhecê-los e levá-los à frente das propostas políticas, esta é também a forma de atuação do sujeito periférico, afinal trata-se de uma forma de proposição e militância que escapa às demandas de realização do capital nesses espaços.

Tiaraju (2013) afirma que houve nos últimos vinte anos um alargamento do significado do termo *periferia*, não sendo mais apenas definida pelo binômio *pobreza e violência*, mas também pelos elementos *cultura e potência*. Essas perspectivas fortalecidas tem o potencial de referência, inclusive para a vida na cidade sob outra lógica que não a do capital, a do neoliberalismo.

Embora exista o esforço, por parte da ideologia dominante, em perpetuar o discurso sobre a periferia que a caracteriza por suas precariedades, o que percebemos na prática são suas potencialidades, a pluralidade é uma constante nos processos que as constituem, principalmente quando se realizam em caminho paralelo ao do planejamento hegemônico.

No caso das periferias da zona sul da cidade um importante aspecto a ser considerado diz respeito às leis de zoneamento decorrentes de processos de uso e ocupação do solo dessas áreas, estas acirram debates acerca das condições de vida da população local e a demanda por estratégias de preservação. Em 23 de março de

2016 foi sancionada a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) que normatiza a ação pública e privada sobre as formas de uso do solo da cidade (Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2021).

A Ilha do Bororé, bairro enfocado na presente pesquisa está localizado no extremo sul da cidade de São Paulo, na área da APA Bororé-Colônia, em sua paisagem identificamos contradições das mais diversas ordens, a primeira a saltar aos olhos diz respeito a sua dupla condição de área de preservação ambiental e periferia. Há edificações históricas, chácaras de recreio, a represa em seu entorno, loteamentos irregulares, casas onde residem gerações de uma mesma família, a mata preservada, terrenos abandonados e locais de encontro resistentes e cheios de vida. Ao mesmo tempo em existe o discurso de preservação ambiental, que assume tônica diferente a depender da perspectiva dos interessados, há também as demandas por infraestrutura e o anseio por maior qualidade de vida. Alguns defendem a manutenção do bairro tranquilo com ares de vida no campo, outros que buscam garantias para a reprodução da vida pelo direito à moradia na cidade e há também os que o veem como realização econômica.

No Plano Diretor Estratégico da Cidade (PDE), aprovado em 2014, a área da APA Bororé-Colônia integra a zona rural do município de São Paulo, tendo por objetivo conter a expansão horizontal da cidade e manter o que ainda resta de vegetação, ao mesmo tempo em que a melhoria da qualidade de vida da população local, por meio de atividades econômicas mais sustentáveis, é estimulada.

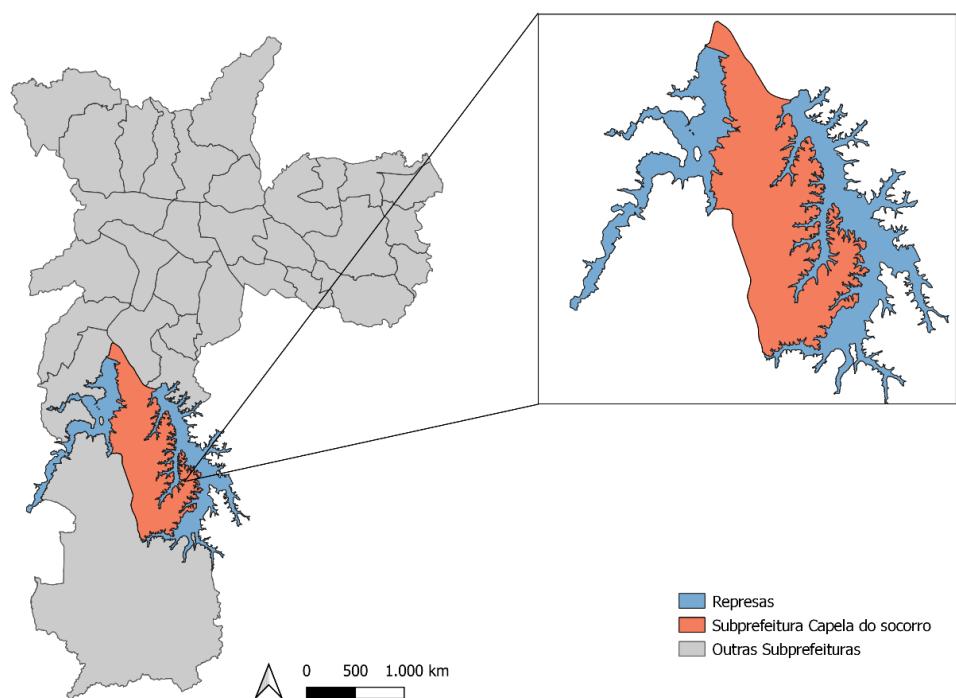
Com o novo PDE também foram criadas Zonas Espaciais de Interesse Social (Zeis) na área da APA Bororé Colônia, na intenção de destiná-las a produção de moradia para famílias de baixa renda. As Zeis inscritas nessa área de proteção aos mananciais têm por objetivo tanto reurbanizar e regularizar quanto reassentar famílias que estão em áreas ainda classificadas como irregulares. Trata-se de uma política pública que pode gerar ainda mais tensões na região.

PARTE II

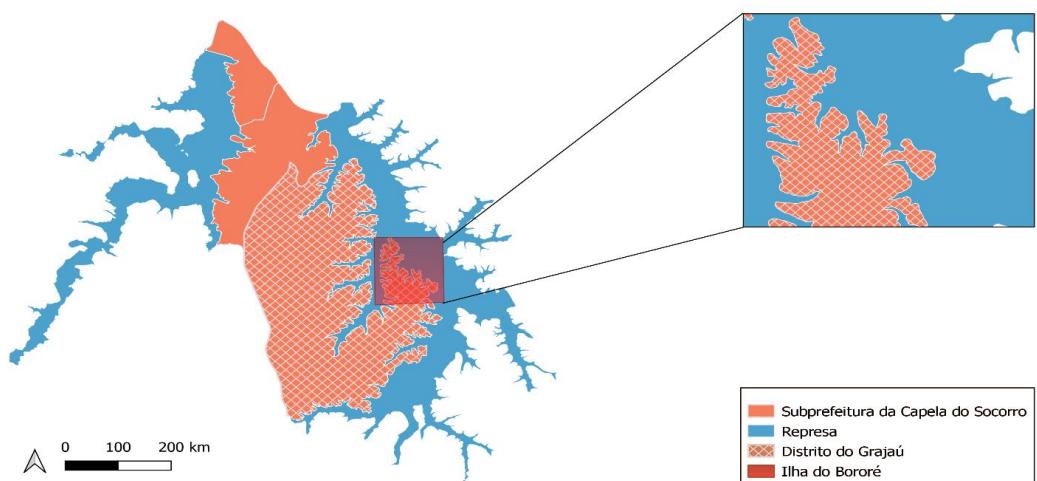
2.1 A Produção do espaço hegemonic

O município de São Paulo está atualmente subdividido em 32 Subprefeituras. Destas, 9 pertencem à região sul, zona de maior área do município (com aproximadamente 607 km²), atualmente são elas: Campo Limpo, Capela do Socorro, Cidade Ademar, Ipiranga, Jabaquara, M'Boi Mirim, Parelheiros, Santo Amaro e Vila Mariana.

A subprefeitura Capela do Socorro abarca os distritos da Cidade Dutra, Grajaú e Socorro. Estendendo-se pela área abaixo dos canais dos rios Jurubatuba e Guarapiranga, faz divisa ao norte com a Subprefeitura de Santo Amaro, pelo Rio Jurubatuba; ao sul com a Subprefeitura de Parelheiros; a leste com a Subprefeitura da Cidade Ademar e os Municípios de Diadema e São Bernardo do Campo, estando estes separados pela Represa Billings; e a oeste com a Subprefeitura de M'Boi Mirim, pelo Rio e a Represa de Guarapiranga. De sua área total, um percentual próximo de 90% está inserido em área de proteção aos mananciais, sendo estes responsáveis pelo abastecimento de cerca de 30% da população da região metropolitana de São Paulo.



O bairro Ilha do Bororé, está inserido no distrito do Grajaú, e foi assim nomeado apenas após a construção da Represa Billings. Apesar do nome, ele é, na verdade, uma península. Pode ser acessado por três diferentes caminhos, sendo eles, pela Balsa Bororé que parte do bairro do Grajaú, rumo à Ilha do Bororé, pela Balsa Taquacetuba



que sai da Ilha do Bororé em direção a São Bernardo do Campo e pelo caminho por terra com acesso por Parelheiros através da Avenida Paulo Guilguer Reimberg.

Registros sobre a ocupação destas áreas apontam para sua utilização por povos indígenas como caminho entre o litoral e o planalto, embora o material acerca das ocupações pré-coloniais sejam praticamente inexistentes (ZENHA, 1977).

Maiores registro sobre as ocupações passam a existir após a chegada de imigrantes alemães na primeira metade do século XIX. Como parte de uma política de povoamento coordenada pelo governo imperial, a instalação das famílias se deu entre os ribeirões Taquacetuba e Vermelho, sobre uma específica formação geomorfológica, a Cratera de Colônia, possuindo 3,5 Km de diâmetro é também relevante por ser uma formação resultante do impacto de um meteoro há cerca de 30 milhões de anos, podendo em muito contribuir com estudos paleogeográficos.

À época denominada freguesia de Santo Amaro¹, a região pouco se transformou com a política de colonização implementada, a qual deixou as famílias sem assistência necessária para a manutenção e o desenvolvimento pretendido. Apesar disso, foi de grande relevância para o abastecimento agrícola da província de São Paulo no período de expansão da economia cafeeira paulista e consequente aceleração do processo de urbanização.

A iniciativa, porém, não deixou de mostrar alguns frutos: o volume de gêneros produzidos aumentou consideravelmente na velha freguesia. Em 1837 Santo Amaro figura como o único município da província que produzia batatas, cultura típica do imigrante alemão. Em meados do século a região era considerada o celeiro da capital. Todos os gêneros de primeira necessidade os habitantes de São Paulo compravam dos agricultores de Santo Amaro. A madeira de Santo Amaro era vendida aos construtores de casas e fabricantes de móveis. Traziam lenha para a feira do bexiga, e pedras de cantaria. (BERARDI, 1981, p. 57)

No ano de 1982, através de Decreto da Regência, diversas freguesias da Província de São Paulo são elevadas a Vila², entre elas, Santo Amaro.

¹ Freguesia: Circunscrição eclesiástica que forma a paróquia; sede de uma igreja paroquial, que servia também, para a administração civil; categoria oficial institucionalmente reconhecida a que era elevado um povoado quando nele houvesse uma capela curada ou paróquia na qual pudesse manter um padre à custa destes paroquianos, pagando a ele a côngrua anual; fração territorial em que se dividem as dioceses; designação portuguesa de paróquia. Definição de áreas segundo o Instituto Geográfico Cartográfico (1995).

² Vila: Sede do termo; unidade político-administrativa autônoma equivalente a município, trazida de Portugal para o Brasil no início da colonização (a primeira vila criada no Brasil foi São Vicente, em 22/01/1532), tendo perdurado até fins do século XIX; toda vila deveria possuir câmara e cadeia, além de um pelourinho - símbolo de autonomia; termo empregado em substituição a município, pois este não podia ser empregado na colônia, ou seja, em terras não emancipadas. Definição de áreas segundo o Instituto Geográfico Cartográfico (1995).

Com o intuito de facilitar as trocas comerciais entre a província de São Paulo e a então Vila de Santo Amaro, municipalidade comemorada à época pelos santamarenses, em 1886 foi inaugurada a nova estrada de ferro, Tramway de Santo Amaro, possuindo cinco estações: São Joaquim, Vila Mariana, Encontro, Volta Redonda e Santo Amaro. Com algumas modificações em seu trajeto, em 1913 a linha de trens foi substituída por uma linha de bondes, ao longo da qual diversos bairros foram criados, tais como: Vila Clementino, Indianópolis, Campo Belo, Vila Cordeiro, Jardim Petrópolis, Moema, Brooklin Paulista e Alto da Boa Vista. A linha foi desativada em 27 de março de 1968, tendo sido a última linha de bondes da cidade de São Paulo.

Ainda no ano de 1906 a companhia São Paulo Light and Power, até então responsável pelo abastecimento de energia elétrica na cidade de São Paulo, deu início a construção da barragem do Rio Guarapiranga³, objetivando regularizar a vasão o Rio Tietê para atender às necessidades de produção de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Parnaíba que dependia destas águas.

Após a construção da represa o lago formado tornou-se uma atração para o lazer, fomentando a construção às suas margens de residências de recreio, grandes chácaras, sítios e clubes.

[...] por intermédio do surgimento das vilas residenciais operárias, dos subúrbios residenciais de luxo (subúrbios do automóvel), das zonas industriais, das áreas de recreio; multiplicaram-se, ao mesmo tempo, as zonas de chácaras de fim de semana [...] definiu-se um cinturão verde abastecedor da metrópole em produtos perecíveis [...] modificaram-se as paisagens culturais. O caminhão e o automóvel substituíram cargueiros e carros de boi; velhos e modorrentos núcleos tornaram-se centros de desenvolvimento próprios a um subúrbio, uma cidade-dormitório ou uma cidade-satélite de São Paulo [...] (Petrone, 1995, p.378).

³ O topônimo "Guarapiranga" é derivado do termo tupi antigo gûarapiranga, que significa "guarás vermelhos" (gûará, guarás + pirang, vermelho + a, sufixo). O guará, também conhecida como guará-vermelho, é uma ave que nasce preta e que vai tornando-se vermelha conforme o seu crescimento. NAVARRO, E. A. Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo. Global. 2013. p. 562.



Figura 3 - A Represa Guarapiranga em 1908. Fonte: São Paulo in foco, 2014.

O crescimento demográfico acelerado da região metropolitana de São Paulo apresentou seu ápice ao longo do século XX, com a expansão do cultivo do café e sua posição geográfica privilegiada, entre o porto de Santos e o interior da Província, assumiu crescente relevância enquanto entreposto comercial e ponto de confluência das rotas pelas quais era exportada a produção cafeeira. A região passou a receber um grande volume de imigrantes, mão-de-obra requerida para os projetos dos grandes detentores de terra da época. Nesse período, foram criadas as bases para o desenvolvimento industrial de São Paulo, com a transferência de capitais gerados na atividade agrária para as ascendentes indústrias locais.

Este processo acarretou em novas e crescentes necessidades de abastecimento da metrópole, justificativa que levou a exploração de recursos naturais através de grandes projetos. Uma das ações nesse sentido foi, anos após o represamento, a utilização da Guarapiranga como reservatório para o abastecimento de água potável. Em 1929 foi então inaugurado o Sistema de Abastecimento do Guarapiranga, hoje o terceiro maior Sistema Produtor da Região Metropolitana de SP, com capacidade de armazenar 171 bilhões de litros de água.

Município de São Paulo		
Anos	População	Taxa de crescimento
1872	31.385	4,1
1890	64.934	14
1900	239.820	4,5
1920	579.033	4,2
1940	1.326.261	5,2
1950	2.198.096	5,6
1960	3.781.446	

Tabela 2 - População nos Anos de Levantamento Censitário. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

Além do Sistema de Abastecimento do Guarapiranga outra grande obra de infraestrutura na então Vila de Santo Amaro foi a Represa Billings em 1925. A Represa Billings, projetada para a companhia The São Paulo Trainway, Light and Power company Ltd. pelo Engenheiro estadunidense Asa White Kenney Billings, represou os rios Jurubatuba e Bororé, afluentes do rio Pinheiros, formando um outro lago,

"[...] essas águas seriam lançadas a 740 metros de altura sobre turbinas da Usina de Cubatão, que iria suprir São Paulo da energia que faltava. A estas águas se acrescentaram as do reservatório do Guarapiranga, e as do próprio Rio Pinheiros, impulsionadas em sentido inverso por um canal" (BERARDI, 1981, p. 100).

Tal necessidade se deu em virtude da crescente demanda por energia elétrica na cidade de São Paulo, acentuada pelo momento de grande seca no ano de 1924, quando as águas do Rio Tietê baixaram o seu volume em aproximadamente 30%, afetando o habitual funcionamento da cidade no ano subsequente.

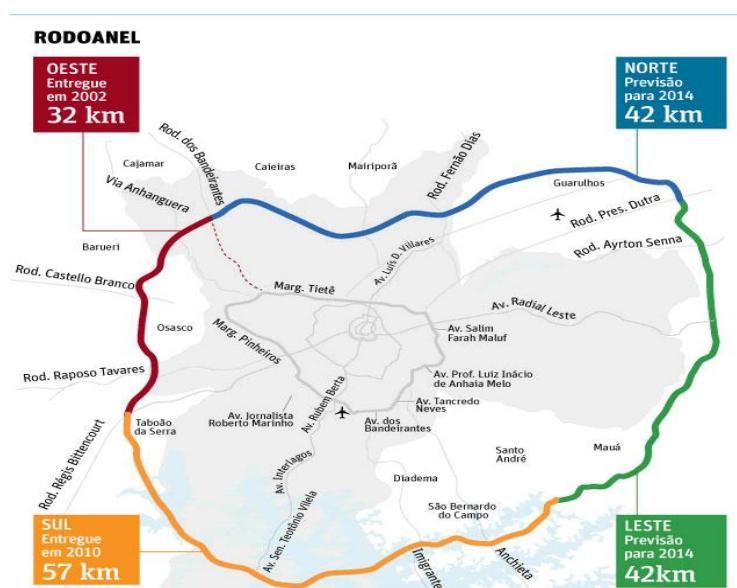
No ano de 1935, através do Decreto de nº 6.983 de 22 de fevereiro de 1935 expedido pelo interventor federal Armando Sales de Oliveira, o município de Santo Amaro foi anexado à cidade de São Paulo. O documento especifica que: "[...] Fica extinto o município de Santo Amaro, cujo território passará a fazer parte do município da Capital, constituindo uma sub-prefeitura, directamente subordinada à Prefeitura de São Paulo [...]" (BRASIL, 1935)

Algumas tentativas de retorno a municipalidade de Santo Amaro foram feitas ao longo dos anos que se seguiram, mas sem sucesso. A área pertencente ao antigo município foi então subdividida nas subprefeituras de Santo Amaro, Capela do Socorro,

Campo Limpo, Cidade Ademar, Parelheiros e M'Boi Mirim, além de parte da subprefeitura do Butantã.

As grandes obras realizadas nessa região estão vinculadas a produção do espaço por ação do Estado e do mercado imobiliário, são fundamentalmente pautadas em uma lógica desenvolvimentista que prioriza aspectos do território necessárias à realização do capital. Nesse sentido, a condução do planejamento coloca em segundo plano os impactos que estas obras geram para a população, em especial a população alocada em suas proximidades.

Além das obras com viés de abastecimento hídrico e energético da metrópole, outra expressiva estrutura de grande impacto foi construída já no século XXI, acarretando em consequências socioambientais irreversíveis que continuam a repercutir no território. Trata-se do sistema de transporte rodoviário Rodoanel Governador Mário Covas (SP-21), que é uma obra viária projetada com aproximadamente 180 km de extensão, seu intuito é o de circundar toda a Grande São Paulo, interligando as rodovias que chegam à capital: Bandeirantes (SP-348), Anhanguera (SP-330), Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Régis Bittencourt (BR-116), Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Ayrton Senna (SP-70), Fernão Dias (BR-381) e Dutra (BR-116/SP-60). A obra é dividida em quatro trechos: Norte, Sul, Leste e Oeste. Os objetivos divulgados para justificar sua construção foram o de eliminar o trânsito na região metropolitana da cidade de São Paulo, facilitar o fluxo de transportes pesados que circulam na região e melhorar a qualidade de vida na Grande São Paulo.



Mapa 4 - Rodoanel. Fonte: <https://www.rodoanel.org/>.

Apesar de se apresentar enquanto obra de grande necessidade e benefícios, mesmo antes de sua construção houve resistência por parte de cidadãos que já a consideravam em seus enormes impactos negativos.

O trecho sul do Rodoanel atravessa o território da Ilha do Bororé, o seu processo de licenciamento se deu de forma conjunta a criação da UC. Essa grande obra de infraestrutura complexificou ainda mais os conflitos já existentes na região (Bernardelli Junior, 2013). Sendo um empreendimento com grande potencial de impacto ambiental significativo, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e as Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº1/86 e nº237/97 demandam que exista licenciamento ambiental nesses casos. A sua avaliação fica condicionada a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) seguido do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), segundo a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) (Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo, 2007).

No ano de 2004, a Desenvolvimento Regional S.A (DERSA) apresentou o EIA/RIMA do trecho Sul do Rodoanel Metropolitano Mário Covas para a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo afim de iniciar o processo de licenciamento (TOGNOLLI, 2006; DERSA, 2005 apud BERNARDELLI JUNIOR, 2013). Segundo a Secretaria do Meio Ambiente, a construção deste trecho teria impacto sobre remanescentes de Mata Atlântica e campos de várzea que exercem função essencial a proteção das cabeceiras dos mananciais de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

Existem diversas críticas ao processo de licenciamento ambiental do Rodoanel Metropolitano Mário Covas, críticas que consideram seu processo curto e insuficientemente participativo, segundo o Instituto Socioambiental (ISA) e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (ISA, SVMA; 2005). Sendo também destacado o fato de que os EIA/RIMA e da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) são de responsabilidade do proponente, permitindo que se tornem instrumentos para ratificar o empreendimento em questão (LABHAB FAU/USP, 2005).

Se tratando de uma grande obra, é inevitável a geração de impactos em sua construção, no entanto, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo assegura que o EIA e o RIMA foram elaborados de modo a permitir a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias para os impactos ambientais inevitavelmente

gerados (2009). Segundo a SMA (2009, p.10):

Esta é a primeira obra rodoviária com cultura ambiental incorporada na fase de construção. Pela primeira vez, o desempenho ambiental condiciona o pagamento das empreiteiras. Este modelo, que tem demonstrado resultados ambientais importantes, está sendo difundido em outras obras, como nas ampliações da Marginal Tietê e da Jacu-Pêssego. Vale destacar que a compensação associada a criação de novos parques e o reflorestamento de novas áreas representam um acréscimo de 15 vezes da área que foi suprimida [...]

Em entrevista concedida para a divulgação na plataforma Museu da Pessoa, Eduardo Freire, que é ativista e ex-morador da Ilha do Bororé, menciona sua participação nas organizações que debatiam os impactos da construção do Rodoanel, segundo ele, em relação à militância dos grupos da época,

A luta pelos direitos [humanos] passava pela preservação ambiental, da mata atlântica, das áreas de mananciais. E na Ilha do Bororé, nós fomos derrotados em várias coisas, fomos derrotados, por exemplo, na passagem do rodoanel, que cortou a ilha, nós não queríamos que o Rodoanel passasse lá.

A moradora e ativista Maria da Lapa, em entrevista concedida ao GeMap em 2021, também conta sobre sua perspectiva em relação aos impactos sociais da construção do Rodoanel:

Eles não ouviram nada. O impacto do Rodoanel foi gigantesco por conta da fauna, flora, os macacos invadindo casas, aranhas, o tanto de coisa que foi jogada nessa represa. Eu tenho um vizinho pescador que flagrou as pessoas jogando aquele basculante cheio de pedra dentro da represa. E assim, por que o Rodoanel passar dentro de uma área de proteção? Para não gastar! Não precisar desapropriar muito pelo gasto. Cortaram a península. Tiraram pessoas como a família de seu Antônio, desapropriaram as Vielinhas [...]. O que trouxe de positivo? Nada! O que ganhamos com o Rodoanel? Barulho e as pessoas com suas histórias. Em contrapartida, eles criaram um parque que não serve de nada para a gente. Já que iam colocar esse anel viário, pedimos que trouxessem água tratada por baixo, mas não trouxeram, apenas destruição. Já aconteceram acidentes, uma coisa totalmente negativa para população. Não temos acesso, só o barulho. Tem famílias que moram na Rua Bandeirantes que aquele sítio está todo condenado, foi desvalorizado pelo barulho de lá.

A articulação e luta das comunidades direta e indiretamente impactadas pelas grandes obras, a ação dos movimentos sociais, e também os avanços técnicos e científicos que aperfeiçoaram métodos de avaliação de impactos socioambientais, possibilitaram avanços quanto aos questionamentos em relação ao uso adequado de recursos naturais e dos impactos das obras planejadas. A ampliação do controle

realizado pela legislação ambiental no Brasil, passa a acontecer de forma mais significativas a partir das décadas de 1970-80 através das ações coletivas dessa sociedade civil organizada.

A análise dos impactos de grandes obras depende da consideração das particularidades de cada caso, seguramente a dimensão socioeconômica do projeto, mas também as relações em escala local, na convivência social do cotidiano.

Muitos dos atuais moradores da Ilha do Bororé preservam, saudosos, memórias que remontam a períodos de luta e também anteriores as grandes obras que modificaram paisagens e modos de vida na região.

2.2 A APABC - Área de Preservação Ambiental Bororé-Colônia

O bairro está inserido na Área de Proteção Ambiental Municipal Bororé-Colônia (APABC), Unidade de Conservação localizada na subprefeitura da Capela do Socorro e Parelheiros cuja criação se deu através da lei nº 14.162, de 24 de maio de 2006 durante o mandato do prefeito Gilberto Kassab. Na ilha do Bororé encontra-se também o Parque Natural Municipal (PNM) Bororé criado pelo Decreto Municipal nº 52.972/2012, fruto dos recursos de compensação ambiental referentes ao licenciamento do trecho sul do Rodoanel Mário Covas, é parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo.

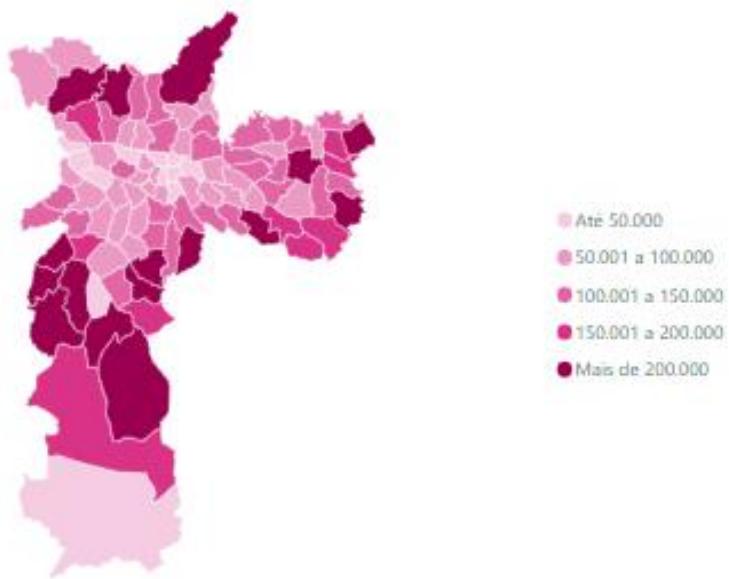
Localizado a 31,3 km do marco zero da cidade de São Paulo, possui área de 23,94 km² e sua população é de aproximadamente 5 mil habitantes, configurando densidade demográfica em torno de 0,21 hab/Km².

Sua condição de APA atribui ao contexto local tensões e conflitos que diferem das periferias de outras regiões da cidade. A preocupação com a preservação ambiental, sendo também demandada pelo poder público, as diversas propriedades rurais onde são desenvolvidas atividades agrícolas, além da proximidade com a mata atlântica, o acesso pela balsa e a relação cotidiana com a represa Billings são fatores marcantes para a população local e que concretizam dinâmicas próprias. Embora a maior parte de sua área ainda seja de mata atlântica, as áreas desmatadas crescem anualmente, principalmente em decorrência das demandas por moradia, fruto dos próprios processos de exclusão em curso na metrópole paulistana.

2.3 Sobre Dados e Estatísticas

Para compreendermos de forma mais clara e abrangente a condição das periferias da cidade de São Paulo, em especial, da região sul, alguns dados acerca do território podem ser explicitados tanto através de tabelas como de mapas temáticos, assim, de forma mais sistematizada, é possível começar a visualizar carências decorrentes de sub ofertas de serviços e infraestruturas. A região sul é, atualmente, a área mais populosa da cidade, de acordo com o levantamento INFOCIDADE da Prefeitura de São Paulo, com destaque ao distrito do Grajaú, onde está localizado o bairro enfocado na presente pesquisa, o mapa a seguir, elaborado pela Fundação SEADE, traz esta perspectiva:

Distritos por porte populacional



Mapa 5 - Distritos por porte populacional. Fonte: SEADE.

Quanto ao recorte de gênero e idade temos resultados semelhantes nas periferias Sul e Leste 2, dado divulgado em 2020 pelo documento *São Paulo diversa: Uma análise*

a partir de regiões da cidade (SEADE, 2020). Nestas regiões, que concentram grande parte da população da cidade, observamos um número menor de idosos quando comparado ao das demais regiões, o perfil de seus habitantes é majoritariamente jovem.

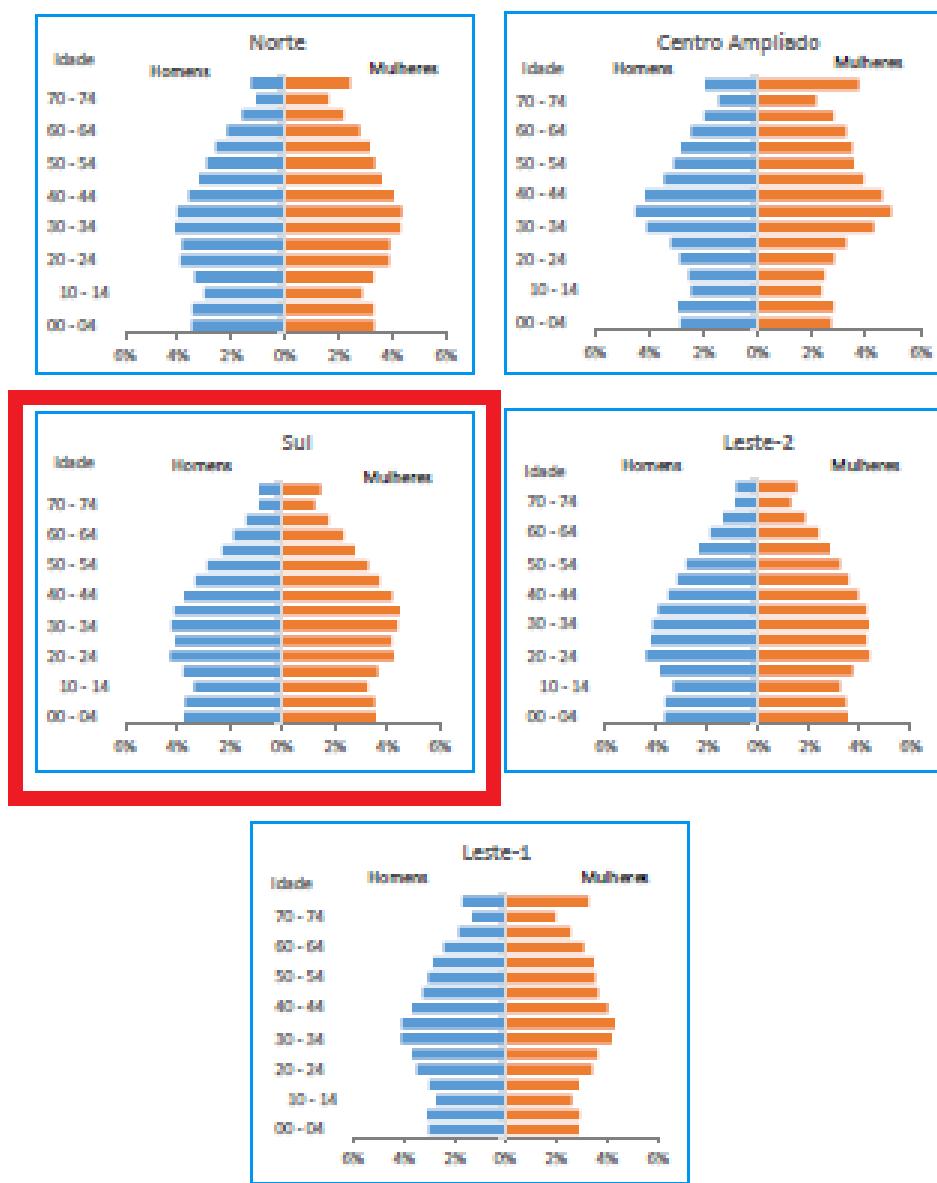


Gráfico 1 – Características da população por região. SEADE, 2020.

Em relação a disponibilidade de infraestrutura e serviços é relevante ressaltar a percepção dos moradores, na qual o destaque está no Centro Ampliado e Leste 1. A região sul, embora tenha um dos maiores contingentes populacionais, também é, neste levantamento, aquela cujos moradores menos percebem a existência de serviços próximos.

Percentual de domicílios, segundo a percepção dos moradores sobre a existência de serviços próximos

Em %

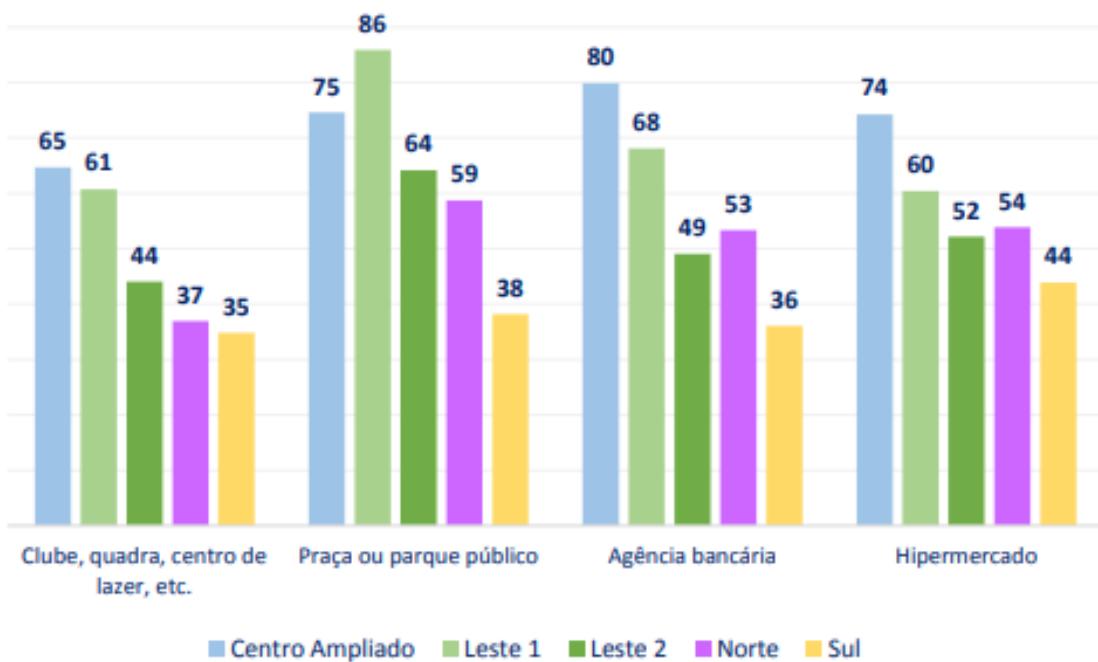


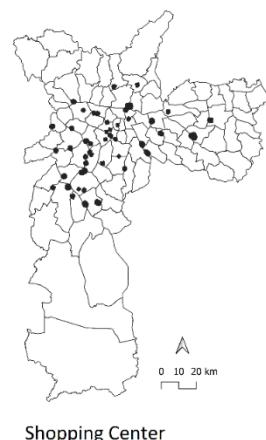
Gráfico 2 – Percepção dos moradores sobre serviços próximos. SEADE, 2020.

Serviços

Sendo irregular uma grande parcela da ocupação no bairro, o acesso à rede pública de abastecimento de água é dificultado e os moradores acabam precisando utilizar poços, sendo assim expostos a água contaminada. Também não há acesso ao

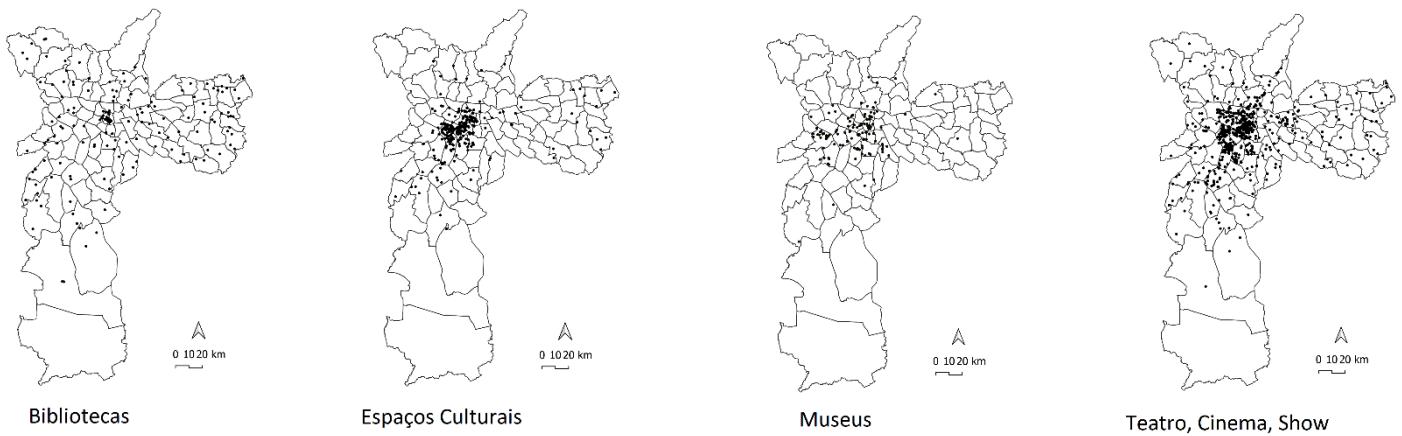
tratamento de esgoto, é comum o despejo em fossas sépticas ou mesmo diretamente na Represa Billings.

Através dos dados fornecidos pela plataforma Geosampa os seguintes mapas foram elaborados. Em relação a disposição de serviços essenciais na cidade de São Paulo, embora tenha significativa abrangência ainda tende a privilegiar regiões centrais em detrimento das periferias, principalmente aquelas localizadas nos extremos sul e leste.



Cultura

A oferta de equipamentos de Cultura está concentrada nas regiões centrais. Mesmo no caso das bibliotecas públicas, que aparecem de maneira mais difusa, na região sul há pouquíssimas unidades, apenas duas no Grajaú. Museus e Espaços Culturais sequer aparecem no levantamento.



Mapa 11 - Bibliotecas em São Paulo.
Elaboração: A autora, 2021.

Mapa 12 - Espaços Culturais em São Paulo. Elaboração: A autora, 2021.

Mapa 13 - Museus em São Paulo.
Elaboração: A autora, 2021.

Mapa 14 - Teatro, Cinema, Show em São Paulo. Elaboração: A autora, 2021.

Esporte

Quanto a espacialização dos equipamentos esportivos, embora em número bastante reduzidos em toda a cidade, principalmente os Centro Esportivos, podemos observar que os Clubes estão majoritariamente presentes em regiões do centro e centro expandido, não existindo no extremo sul e pouco presentes da região leste, enquanto que os Clubes da Comunidade manifestam-se de maneira mais pulverizada, em especial nas periferias, embora ainda não alcancem diversos bairros ao extremo sul, o que inclui o bairro estudado, a Ilha do Bororé.



Centro Esportivo



Clubes



Clubes da Comunidade

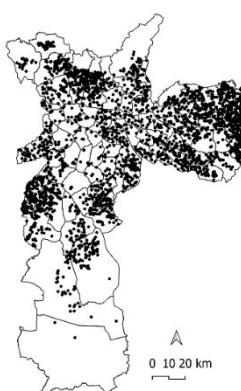
Mapa 15 – Centros esportivos em São Paulo. Elaboração: A autora, 2021.

Mapa 16 – Clubes em São Paulo. Elaboração: A autora, 2021

Mapa 17 – Clubes da comunidade em São Paulo. Elaboração: A autora, 2021

Educação

Em relação aos equipamentos públicos de educação é possível notar que a concentração do Ensino Básico corresponde as áreas e densidade de ocupação populacional, enquanto que o Ensino Técnico ainda mostra-se distante das áreas mais periféricas, em especial, mais uma vez, dos bairros situados ao extremo sul da cidade.



Ensino Infantil



Ensino Fundamental e Médio



Ensino Técnico

Mapa 18 - Ensino infantil em São Paulo. Elaboração: A autora, 2021.

Mapa 19 - Ensino fundamental e médio em São Paulo. Elaboração: A autora, 2021.

Mapa 20 - Ensino Técnico em São Paulo. Elaboração: A autora, 2021.

Saúde

Dos equipamentos de saúde apenas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) estão distribuídas de forma significativa em toda extensão da cidade, a Ilha do Bororé está assistida pela UBS Alcina Pimentel Piza, enquanto que a oferta de prontos-socorros se mostra bastante reduzida e pouco concentrada e a de Hospitais localiza-se de forma mais expressiva na região central, apresentando no Grajaú apenas uma unidade próxima a estação da CPTM.



Mapa 21 - Hospitais em São Paulo.
Elaboração: A autora, 2021.

Mapa 22 - Pronto-socorro em São Paulo.
Elaboração: A autora, 2021.

Mapa 23 - UBS em São Paulo. Elaboração:
A autora, 2021.

Transporte

Segundo dados e indicadores oficiais o distrito do Grajaú, ao qual pertence a Ilha do Bororé, apresenta déficit de transporte público, sendo o bairro atendido apenas por

uma linha de transporte coletivo, a linha 6L11-10 que sai do terminal Grajaú, logo abaixo da estação da CPTM mais próxima e percorre 12km em aproximadamente 40 minutos, quando a balsa deixa de operar o trajeto chega a durar cerca de 2 horas. A região possui também baixa oferta de empregos formais (segundo dados MTE; RAIS - Microdados; IBGE; Seade) o que por vezes faz com que os moradores se desloquem durante várias horas por dia para trabalhar em outras regiões da cidade.

Trajeto da Linha 6L11-10:

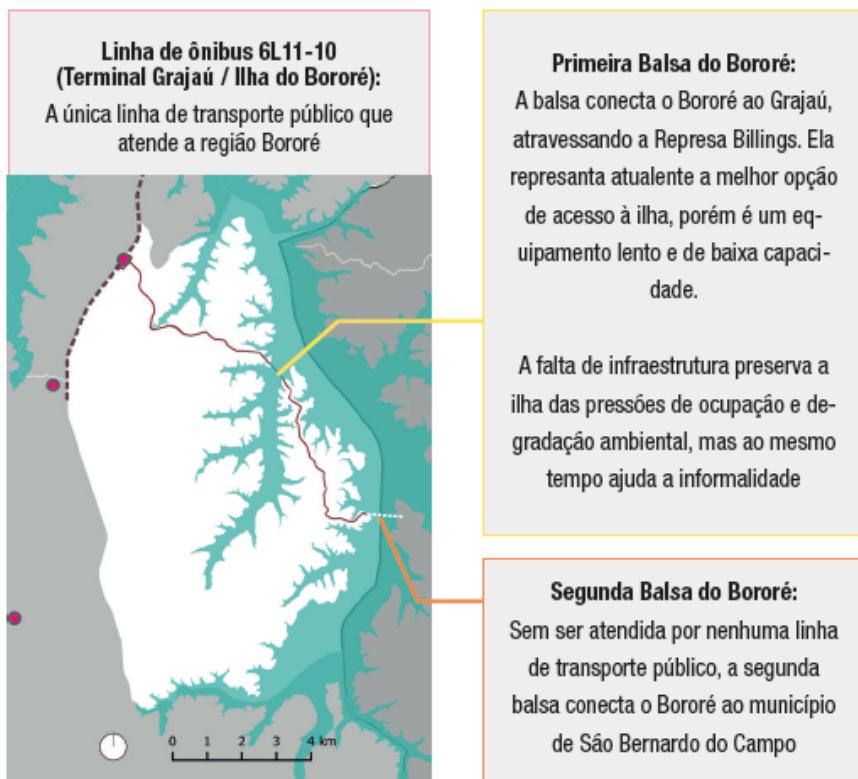
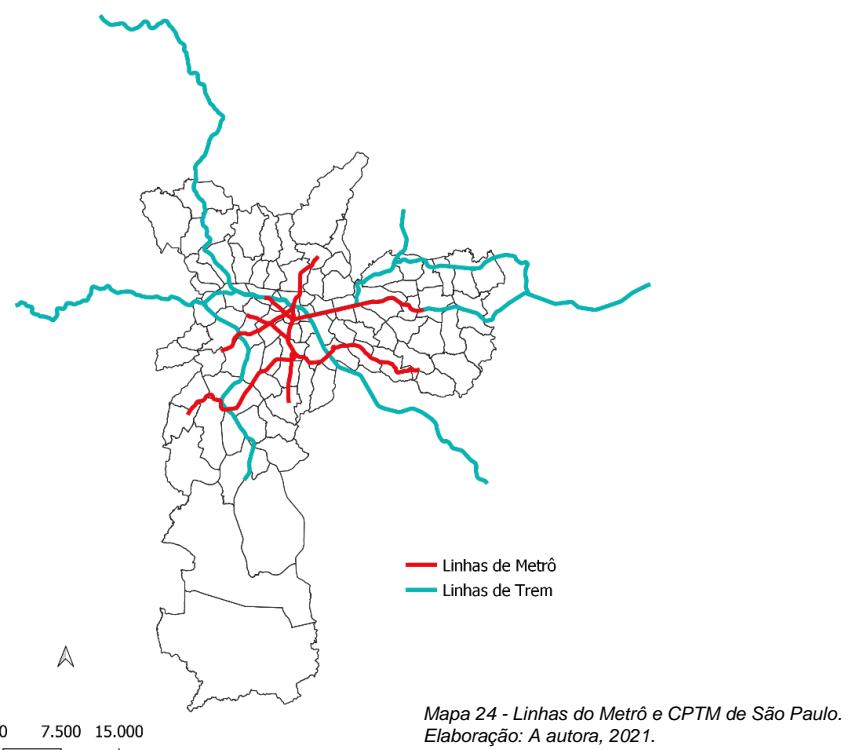
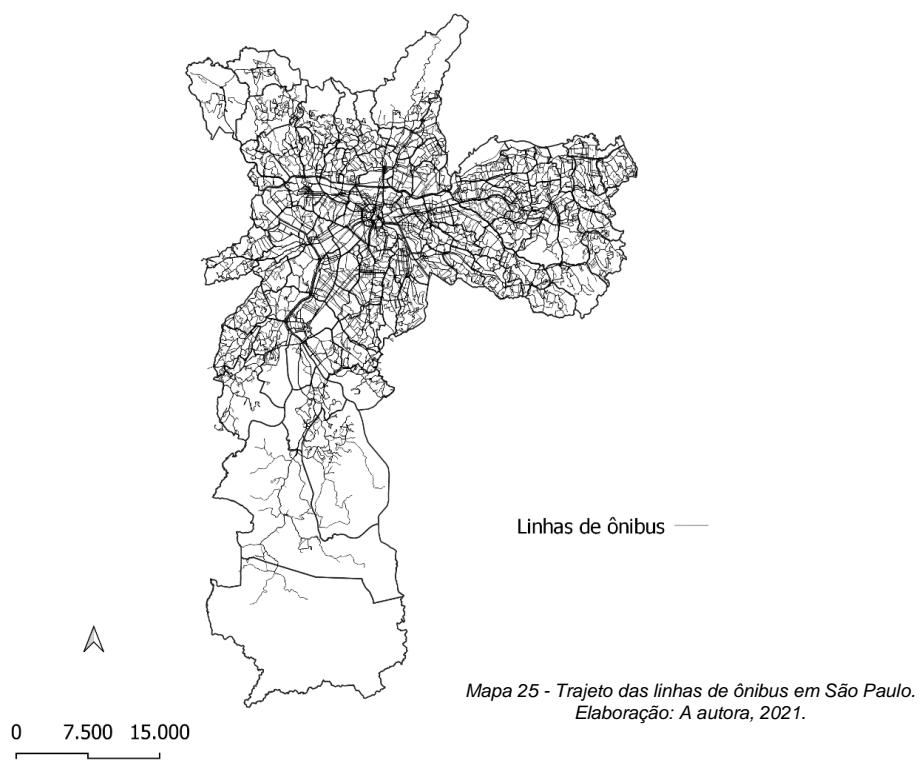


Figura 4 – Linha de ônibus 6L11-10. Fonte: Workshop Internacional Ilha do Bororé - Entre a cidade informal e a preservação ambiental. 2018

Localização das linhas do Metrô e CPTM:



Trajeto das linhas de ônibus na cidade de São Paulo:



2.4 Experiências contra hegemônicas

[...] importa pouco o conteúdo da cultura popular, o que importa é que ela é um espaço de construção de vínculos e ocasião de sociabilidade. Em outras palavras: eu perguntei "o que é?" e eles me responderam "onde" (MAGNANI, 2006, p. 37)

Com forte atuação política, a Ilha do Bororé possui moradores organizados em diferentes instituições que dialogam entre si. Um exemplo expressivo pode ser evidenciado ao considerarmos a Casa Ecoativa, iniciativa criada por moradores da região ao ocupar uma casa abandonada em terreno pertencente à EMAE (Empresa Metropolitana de águas e energia S.A.), e que atua principalmente em conjunto com a E.E. Adrião Bernardes, mas também com funcionários da UBS Alcina Pimentel, da equipe gestora da APA Bororé-Colônia, do Parque Natural Municipal do Bororé e a associação de moradores da Ilha do Bororé, no sentido de pensar e repensar o território em conjunto com os moradores, além de oferecer formações e atividades educativas. A articulação destes sujeitos realizou em 2019 uma meta que envolveu muito trabalho coletivo, se tratando de uma demanda antiga negligenciada pelo poder público, foi através de mutirão que os moradores "construíram" a primeira praça do bairro, um espaço de uso coletivo com uma mínima infraestrutura que permite a existência de uma horta comunitária, além de um campinho para que as crianças possam brincar com alguma segurança, bancos e mesinhas para possibilitar encontros em meio aos trajetos cotidianos.

A produção do espaço guiada pela atuação do sujeito periférico e sua lógica possui inúmeras potencialidades. Na Ilha do Bororé é possível observar nos muros, nas ruas, pelos sons, pelas cores, enfim, todos os sentidos estimulam o imaginário e quanto mais se conhece mais evidente tornam-se suas potências, potências narrativas, culturais e políticas, atuantes, em processo.



Figura 5 – Atividade na Ilha do Bororé. Fonte: Acervo Bororé ao mundo.

No entanto, estas potencialidades podem ser utilizadas tanto para construção de espaços transformadores como para fins mercadológicos, admitindo a atuação de forças hegemônicas na produção do espaço na metrópole paulistana. A exemplo as propriedades em processo de especulação ou mesmo a apropriação da produção local para a realização de externas ao lugar, seja pelo turismo comercial ou exportação, visando o lucro pela atribuição de valor de troca aos espaços e práticas, ou ainda como lugar subalterno, condicionado a realização das demandas de outras centralidades.

É um espaço em disputa, assim como tantos outros. Daí a importância da atuação de diferentes esferas da sociedade que articuladas direcionam e fortalecem as atuações em curso no bairro.

2.5 Conselho Gestor da APA e a Associação dos Moradores da Ilha do Bororé

A apropriação dos espaços com o objetivo de transformá-los em espaço políticos são ações fundamentais para o exercício da democracia, ao considerarmos que o espaço político “demarca um território onde interesses se organizam, as ações possuem efeitos necessariamente abrangentes em relação à sociedade e ao seu espaço” (CASTRO, 2012)

Nesse sentido, algumas das instituições político sociais com importante papel na articulação da população local são o Conselho Gestor da APA Bororé-Colônia e a AMIB - Associação dos Moradores da Ilha do Bororé.

O conselho gestor é paritário e deliberativo e está previsto no Capítulo IV da Lei que cria a APABC (SÃO PAULO, 2006), e ele objetiva: “promover o gerenciamento participativo e integrado da referida APA às diretrizes das políticas nacional, estadual e municipal de meio ambiente” (SÃO PAULO, 2007). Trata-se de um meio legitimado para que diferentes agentes que influenciam e são influenciados pela APABC participem da tomada de decisões sobre a UC.

Quanto a associação de moradores, são vistas segundo Garcia (1993), enquanto a “afirmação da heterogeneidade social como condição inerente a sua constituição, criação de solidariedades básicas definidas pelas condições de vida na cidade, bem como a autonomia com que se apresentavam na arena política”. Tais organizações são exemplos relevantes sobre a disputa política na escala local, na escala do bairro, além

de relevantes para a construção de uma base política, são importantes em outras escalas de poder, afinal, trata-se também de uma “constituição inicial de identidades coletivas com base no local de moradia e a criação de áreas de igualdade em contrapartida aos canais tradicionais de acesso ao Estado. Sobretudo a arena legislativa e os partidos políticos” (BOSCHI, 1998). Desta maneira, as associações de moradores assumem expressão social que, de início, não possui ligações com partidos políticos ou ideologias partidárias.

Na Ilha do Bororé, muitos relatos e ações perpassam esta organização mostrando sua importância a articulação e atuação política. Sobre a AMIB, Maria da Lapa (2021) pontua que,

[...] Quando o Fórum de moradores sentiu que precisava de um documento, de algo que nos representasse lá fora, que o poder público enxergasse a gente como pessoas, como moradores, como cidadão de direito, aí registrou no cartório e fundou-se a AMIB - Associação de Moradores da Ilha do Bororé. [...] as mudanças no bairro, eu coloquei a data de 1993, que foi quando a gente conseguiu uma ferramenta que nos representasse, que foi a criação da AMIB, a Associação de Moradores. [...] Essa escola não tinha ensino médio, a gente conseguiu tudo isso após a criação da AMIB.

São organizações que contribuem sobremaneira para a participação política e a democracia enquanto potenciais instrumentos da justiça social. Espaços de encontro e diálogos que fortalecem vínculos locais e formas de apropriação política consciente, mantendo vínculos de compartilhamento e solidariedade. No atual contexto de baixa representatividade e exclusão da população periférica dos processos decisórios, tais formas de organizações expressam sua relevância no sentido de criação de espaços políticos para a melhoria da democracia.

PARTE III

3.1 O direito a cidade

O *Direito à cidade* é um conceito apresentado por Henry Lefebvre em seu livro homônimo em 1968, ele destaca o tema da cidade e dos direitos dos cidadãos, trazendo a perspectiva da cidade enquanto obra destes cidadãos. Pensando o espaço enquanto elemento central na estruturação da sociedade, seus escritos se mostram de fundamental importância para o estudo da geografia.

A partir do elemento espaço, questiona a vida cotidiana da sociedade, enfatizando o papel do ser humano enquanto sujeito de sua história. Assim como afirmam Marx & Engels (1982) “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas”.

Compartilhando deste entendimento, Lefebvre assume o território como capaz de traduzir as relações conflitantes de poder nele projetadas através das práticas sócio-espaciais. Desta forma, a sociedade é espacial, assim como os processos sociais são espaciais e geram formas no espaço.

No processo que delineia seu caminho interpretativo, o autor destaca problemáticas que desenvolvem-se a partir de pontos críticos anteriores, considerando uma linha do tempo que tem início em um ponto “zero” de urbanização e fim em uma urbanização completa. Segundo ele, a zona atualmente crítica da cidade e da realidade urbana se situa em um outro ponto crítico específico da linha temporal, no qual há a passagem da racionalidade industrial para o Urbano que se anuncia. Neste ponto, a cidade em expansão prolifera, se estendendo desmesuradamente em um processo duplo de industrialização-urbanização, o que resulta nos duplos movimento: explosão-implosão, condensação-dispersão (LEFEBVRE, 2016:78). Além de outras duplicitades associadas como uso e troca, habitar e habitat, obra e produto, historicidade e História, desenvolvimento e crescimento, apropriação e dominação, etc.).

Em sua análise sobre a cidade e o urbano a partir das problemáticas identificadas,

Lefebvre questiona: “Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detecta-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços ‘bem sucedidos’, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?”. (p.110)

Dos aspectos fundamentais em resposta a estes questionamentos destacam-se o resgate do espaço público e a participação ativa das comunidades. Sendo o primeiro, considerado enquanto importante lugar do encontro, das trocas coletivas, sociais e culturais, da realização da democracia e abertura à diversidade. Ao passo em que o segundo é de fundamental importância para a realização do primeiro, pois corresponde a prática assertiva de apropriação pelas relações baseadas em valor de uso.

Segundo o autor, o direito à cidade significa o direito dos cidadãos-cidadinos e dos grupos que eles constituem de figurar sobre todas as redes de circuitos de comunicação de informação e de trocas. A condição para sua realização seria a concretização do direito ao encontro, a reunião; com lugares e objetos que respondam às necessidades sociais (LEFEBVRE, 2016).

As cidades têm sido “centros de conflito, mudança e transformação”. É necessário “recuperar alguma noção de cidade [...] como um tipo de corpo político para o qual podemos reconstruir, não somente as cidades, mas podemos reconstruir as relações humanas e a nós mesmos” (Harvey, 2007:13). Para que tais transformações sejam possíveis, precisamos rever a ideia “dominada e limitada pela obsessão com ‘a cidade’ como uma coisa, que marginaliza nossa percepção do urbano como um processo” (Harvey, 2007:52).

Embora não haja menção direta ao Direito à Cidade na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 6º, Capítulo II, estão previstos os direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

O direito à cidade é um direito coletivo. É possível identificar três principais aspectos para se alcançá-lo, sendo pela participação política efetivamente democrática, o acesso à cidade e ao viver na cidade.

Em relação aos aspectos destacados, um instrumento de suma importância conquistado no Brasil nesta direção é o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), ele é o conjunto de normas jurídicas que estabelece as diretrizes para a política urbana

disposta na Constituição Federal de 1988. Segundo pontuam Roberta Amanajás e Letícia Klug o direito à cidades sustentáveis no Estatuto da Cidade é compreendido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (art. 2º, inciso I), expressando-o na lei de forma a sintetizar um amplo rol de direitos.

Como outras após a redemocratização do Brasil, foi uma conquista alcançada por mobilização popular, tendo o movimento nacional de reforma urbana, criado em 1985, como responsável pela elaboração de uma plataforma política em torno da questão urbana, o que culminou na formulação do capítulo de Política Urbana na Constituição Federal de 1988, onde está previsto o Artigo 182, segundo o qual “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”, e no já mencionado Estatuto da Cidade em 2001.

3.2 O Sujeito periférico



Figura 6 - Periferia. Fonte: Documentário "Onde São Paulo Acaba" (1995)

O conceito de sujeito periférico é construído pelo sociólogo Tiaraju D'andrea em sua tese de doutoramento *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* no ano de 2013. Segundo o autor, Sujeito Periférico é aquele que

executa uma ação prática pra mudar as condições de vida da população periférica, ação esta derivada de uma consciência de pertencimento a um lugar que por sua vez é derivado de uma condição social.

A importância desse conceito é inegável e fundamental ao considerarmos os processos de constituição da sociedade brasileira, na qual grande parcela da população foi excluída dos processos de desenvolvimento e usufruto do mesmo. A atmosfera geradora das desigualdades, apesar de contribuir com o enfraquecimento das massas não foi, e continua a não ser, capaz de submeter os sujeitos a conformação ao *establishment*, mas pelo contrário, fomenta situações de ação baseadas em outras estruturas lógicas derivadas da configuração daquelas realidades.

O autor pontua que existe uma ruptura entre as formas de empreendimento da ação política entre os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 e a partir da década de 90, quando tem início uma outra forma de se entender e fazer política. Sua tese é voltada para o contexto da década de 90, quando os moradores das periferias, principalmente os jovens, e em especial os jovens negros, passam a se apropriar do conceito de periferia, disputando com outros atores e organizações como a academia ou mesmo a igreja.

Nas décadas de 70 e 80 os discursos dos movimentos políticos e sociais ainda estavam fundamentalmente pautados em uma questão restrita ao conceito de classe, tendo as organizações de esquerda afirmação sobre o sujeito trabalhador e não o periférico. Tiaraju então pontua a transição para o entendimento a partir do território, pois periferia é o território onde a classe vive, também não é possível negar que há heterogeneidade na classe, nela mesma existem diferenciações, a periferia é o território principal da moradia do trabalhador e ela se mostra mais heterogênea culturalmente do que economicamente. No contexto dos anos 90 a realidade nas periferias já não correspondia ao ideário de trabalhador que foi responsável por guiar movimentos sócio políticos nas décadas anteriores, o que existia era uma situação de crise na qual grande parte dos moradores das periferias estavam desempregados, em situações de violência tanto por conflitos internos quanto pela ação da polícia, altos índices de criminalidade marcaram aquela época.

[...] Entre 1974 e 1990, a taxa de mortalidade por violência cresceu aproximadamente 30%, passando de 44,4% por 100 mil habitantes para 57,6%, o que correspondia a cerca de 38 mil mortos a mais, se compararmos o primeiro e o último ano do período. Nos últimos anos da década de 1990, a RMSP, em

geral, e a cidade de São Paulo, em particular, figuram como os lugares mais violentos do País e alguns dos centros urbanos mais violentos do mundo, com taxas sempre superiores a 80 mortos por grupo de 100 mil habitantes. Em São Paulo, durante as décadas de 1980 e 1990, os homicídios e os crimes contra o patrimônio conheceram acentuado crescimento, especialmente nos bairros com elevada concentração de trabalhadores de baixa renda, precárias condições de infraestrutura urbana e de serviços públicos. Distintas situações com desfechos fatais, tais como mortes praticadas por justiceiros e grupos de extermínio, aquelas relacionadas a cobranças por dívidas de drogas ou decorrentes de disputas no domínio territorial do narcotráfico, caracterizavam, em grande medida, a dinâmica local da violência. (Adorno, Sérgio; Nery, Marcelo Batista. 2019)

Por não mais contemplar as demandas pujantes no território periférico, tem início uma desconfiança sobre a atuação dos partidos políticos que usam o termo trabalhador, a partir dos anos 90 começam movimentos por uma nova forma de fazer política a partir do que é a periferia, tendo forte influência do movimento hip hop e dos coletivos culturais. Esse novo entendimento do que vem a ser periferia abrange o fazer política e se dá a partir do morar na periferia.

O surgimento de uma nova subjetividade, diante da qual ocorre o reconhecimento da população periférica enquanto o *ser periférico*, inclui o orgulho de ser portador dessa condição; o vínculo de pertencimento a uma coletividade que compartilha normas, códigos e formas de ver o mundo; o censo crítico em relação a própria estruturação da sociedade e a ação coletiva no sentido de superação das condições atuais. Esta subjetividade é condição básica para o que de fato define o *sujeito periférico*, que é a ação política efetuada a partir dela.

As categorias formuladas a partir dos atributos do *periférico* se relacionavam a experiências em comum, a formas compartilhadas de ver o mundo, a situações vivenciadas por um setor social, tudo isso em campos de força que sinalizavam a dimensão de conflito e resistência inscrita nessas práticas. Era um modo de marcar e firmar a diferença em relação a outros grupos sociais e outros lugares da cidade. (Tiaraju D'Andrea, 2013)

O sujeito periférico existe na realidade social, a partir disso executa ações políticas nos movimentos sociais populares e nos coletivos artísticos nas periferias. Estas ações são múltiplas e relacionais, pautadas pela criatividade e politização, constroem-se a partir da compreensão de si e do lugar, e ao se apropriar do sentido crítico do termo periferia demonstram potencial para abertura de novos caminhos rumo a superação da violência, da pobreza e das desigualdades sociais através da transformação social ampla.

3.3 A Casa Ecoativa



Figura 7 – Casa Ecoativa. Fonte: Instagram – casaecoativa, 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B4cbj42HF81/>.

A constante preocupação com a questão ambiental sob viés ecológico na Ilha do Bororé, fomentou a movimentação popular rumo a construção da Casa Ecoativa, um espaço cultural-educativo capaz de abarcar estas questões e abordá-las na formação da juventude local, através de atividades, eventos e cursos sobre sustentabilidade, agroecologia, permacultura, arte, cartografia, etc., são ações que fomentam as relações de pertencimento e a consciência de preservação da biodiversidade local. Além disso, configura um lugar de encontro, onde são organizadas atividades em parceria direta com a comunidade e suas lideranças. A Ecoativa surge através da mobilização da comunidade por demandas latentes, reúne diversos grupos da região enquanto um polo gerador de cultura e lazer. Está localizada próxima a primeira balsa que liga a Ilha do Bororé ao Grajaú, em uma casa abandonada em terreno pertencente à EMAE. A atuação conjunta atinge público de todas as idades, fortalecendo os vínculos com o território caminha através das ações rumo a ampliação do desenvolvimento na região.

E esse espaço aqui, gente, de verdade, era para ser demolido, essas casas não iam existir, elas estão aqui por conta da briga da associação de moradores, com a Ecoativa, com o funcionário Eduardo da EMAE, etc. Ele tinha um sonho de deixar isso aqui justamente para ser um polo de Cultura, que uma dessas casas fosse uma biblioteca, que a outra podia ser até uma creche, mas que isso aqui

fosse preservado, porque isso aqui tem uma alma, isso aqui tem vida, isso aqui tem uma história. [...] (Maria da Lapa, 2021)

O desenvolvimento de atividades em parceria com outros agentes como os funcionários da UBS Alcina Pimentel, da equipe gestora da APA Bororé-Colônia, do Parque Natural Municipal do Bororé, além de funcionários e alunos da E.E. Adrião Bernardes é o que mais fortemente exemplifica a potência das ações comunitárias em prol de objetivos não apenas imediatos, mas de longo prazo, ações que estão baseadas em uma lógica de apropriação e uso de espaços comuns, aos quais são atribuídos valor de uso, através de processos contínuos fundamentados no fortalecimento dos vínculos socioafetivos e na educação significativa e transformadora.

Através do empreendimento destas ações torna-se possível naquele território um processo de produção do espaço mais inclusivo, fundamentalmente baseado nas demandas locais, fortalecendo a ideia que se constrói do território ao mesmo tempo em que possibilita e expande a atuação do *sujeito periférico*, fomentando o fazer político e a consciência do lugar também para as futuras gerações.

[...] Então muitas vezes é o abandono que gera violência, muitas vezes não, é real, porque todo mundo tem potencial, são as oportunidades que estão diferentes. Na periferia é muito triste. Por isso que eu digo para vocês, a conquista da casa Ecoativa trouxe, a cidade enxergou isso aqui, e a gente passou a ser visto como gente. (Maria da Lapa, 2021)

A existência de um espaço como a Casa Ecoativa evidencia o potencial de espaços demandados que são criados e criam possibilidades dentro de uma lógica contra hegemônica. Ela não é a única ocupação cultural na cidade de São Paulo, mas demonstra como iniciativas de ocupação, ressignificação e produção de espaços tornam-se referências culturais e de luta na metrópole. Não se tratam de iniciativas isoladas, mas coletivas, comunitárias, que muitas vezes estão vinculadas em rede à sujeitos, grupos ou organizações locais, surgem como reivindicação pujante por espaços e estruturas capazes de promover lazer, encontros e ações políticas coletivas. Tais iniciativas demonstram a conquista da cidadania a partir de experiências concretas de luta pelos direitos, no contexto da metrópole assume ainda uma dimensão específica, que é o direito de fazer parte dela, usufruir do que tem e das decisões do que pode vir a ter, de maneira igualitária e diversa.

3.4 A Praça Pública

“A praça é um bem público de uso comum do povo” (CC, art. 99, I).

Em 2019, uma demanda latente para a população da Ilha do Bororé estimulou a iniciativa da população local de construir em um terreno no bairro a sua primeira praça pública próxima a primeira balsa.

O terreno, localizado ao lado da Capela São Sebastião, por anos foi almejado pela comunidade local como um espaço possível para área pública de lazer. Não existindo, até então, outras praças públicas naquela área da ilha do bororé, através de luta e mobilização a população obteve a doação do terreno e através de mutirão, organizado durante o evento da virada sustentável em agosto de 2019, iniciaram a construção da praça. A ação incluiu limpeza com retirada do lixo, corte da grama; fechamento de um poço aberto; delimitação da área para horta coletiva; plantação de mudas de árvores e a delimitação da área para um campinho destinado a prática de esportes.

O espaço público possui protagonismo fundamental nas cidades contemporâneas, sendo por excelência o lugar da expressão política e direitos dos cidadãos. A cidade de São Paulo, no atual momento de consolidação do modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, tem efetivado a supressão desses espaços públicos de convivência. A expansão desenfreada da infraestrutura viária, além da crescente difusão da sensação de insegurança e hostilidade que afetam a vida em comunidade tem fomentado a disseminação e uso de espaços privados pautados pela lógica do consumo. Nesse contexto, as áreas verdes como parque e praças, além de ruas, pátios, represas, rios, entre outros, desempenham importante papel de resgate e aprimoramento da vida urbana, possibilitando socializações em ambientes mais próximos à natureza, livres de construções e automóveis.

As praças e os parques são espaços públicos tradicionais das cidades contemporâneas, seu uso é relevante enquanto local de exercício da vida pública e da convivência entre os sujeitos da comunidade. No entanto, seu uso efetivo e manutenção dependem também de contínuo interesse e engajamento por parte da comunidade, devendo ser esta uma preocupação do Estado, no sentido de pôr em prática políticas governamentais para o estímulo a existência, manutenção e ao uso público dessas áreas para o lazer, a cultura e a educação ambiental.

A construção da praça na Ilha do Bororé contou com forte mobilização de grupos locais, como a AMIB e o coletivo artístico Imargem, promovendo na mesma data o mini encontro aberto de Graffiti para a produção de um Mural Coletivo no bairro com o objetivo de promoção do projeto de fortalecimento dos territórios com potencial educador nas periferias da cidade de São Paulo.

O estímulo dos grupos organizados à participação social na tomada de decisões e produção de espaços coletivos contribuem de forma significativa para a busca do direito à cidade, são ações que se estendem para além da criação e consolidação de espaços públicos, pois também fomentam as ações coletivas solidárias, as interações heterogêneas e a significação dos mesmos, incluindo debates políticos e a produção artística nesses processos.

Considerações finais

“Se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar a opressão cultural, a libertação nacional é, necessariamente, um ato de cultura” Amílcar Cabral.

No percurso de desenvolvimento do presente trabalho as reflexões acerca da produção do espaço perpassaram aspectos repletos de subjetividades conflitantes, sendo elas ao mesmo tempo relacionais e contraditórias. A complexidade dos sujeitos que compõem o urbano, além das instituições e dos discursos acerca do mesmo constroem contextos onde uma variada gama de modos de vida se constituem, nesse sentido percebemos movimentos de força hegemônica que detém a maior parcela dos recursos políticos, financeiros e tecnológicos, ao mesmo tempo que, por sua força, moldam e submetem sujeitos a lógicas de realização econômica pautadas no capitalismo neoliberal e criam necessidades pelas quais ganham força as ações de resistência, articuladas no sentido de viabilizar outras formas de vida, no contexto das cidades contemporâneas, também outros sentidos para o habitar.

Para Henri Lefebvre (1968), a sociedade urbana situa-se no final do movimento do processo de urbanização representado em seu eixo gráfico, nele estamos atualmente na chamada fase crítica. Nesta fase, marcada pela mundialização, as relações baseadas na lógica capitalista suplantam as particularidades locais em favor de uma mobilização

que viabiliza a constituição do mercado em nível global, apresentam tendências homogeneizantes para as quais o autor identifica resistências. Tais resistências estão direcionadas a instituição da diferença enquanto característica fundante do processo do devir da sociedade urbana e para sua concretização são necessárias revoluções capazes de realizar uma planificação orientada para as reais necessidades sociais, o controle democrático do aparelho estatal, além de um processo permanente de revolução cultural. Nesse sentido, considera ser indispensável uma ciência da cidade, levando em conta as relações e correlações na vida urbana, além de forças sociais e políticas capazes de operar esses meios.

A valorização da cultura da população periférica, parcela da população mais prejudicada na atual fase crítica do processo de urbanização, e resistência pela apropriação do território sob a lógica da solidariedade, possibilitam o pensar em outros modos de vida e na emergência do possível-impossível de utopias concretas, tendências do real, observadas nas práticas e ações políticas dos sujeitos periféricos.

Na atual conjuntura, entre as várias propostas de participação popular, duas tendências parecem despontar, e ambas tendem a rejeitar a definição clássica de participação popular: uma mobilização de cidadãos que procuram obrigar os governantes a sentar na mesa para negociar as reivindicações populares. Uma tendência seria a de insistir no trabalho popular segundo a ideia de mutirão, de apoio mútuo, de solidariedade. Muitas vezes desenvolvida em torno de igrejas, ONGs e associações de moradores, essa tendência representa a pouca esperança de que os políticos brasileiros venham a levar em conta as necessidades das populações pobres. (VALLA, 1998)

A conquista pelo direito à cidade inclui a conquista dos direitos à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação; direito à obra, enquanto atividade participante, e o direito à apropriação, diferente do de propriedade. É nesse sentido que a capacidade de luta e organização da sociedade civil na busca por seus objetivos supera as projeções e realizações dos donos do poder, daqueles que se beneficiam das desigualdades e lucram com a imposição do valor de troca em um sistema excludente.

Os processos em curso na Ilha do Bororé aqui mencionados, onde as organizações e ações dos sujeitos periféricos ganham projeção e impacto político e social significativo, exemplificam potências no sentido de um novo humanismo, contrariando, pela produção de espaços contra hegemônicos, a lógica do velho humanismo liberal que esfacela relações de pertencimento e de solidariedade. Assim como assume Kowarick (1979), as conquistas de espaços supõem debates e confrontos,

organização e reivindicação coletivas e por este caminho é que o porvir efetivamente democrático e sem relativismos deverá ser construído.

As ações que levaram a construção e manutenção de espaços como a Casa Ecoativa, de organizações como a AMIB e de ações coletivas como o mutirão de construção da praça, embora pontuais estão carregados de significações e intencionalidades, estas que expressam demandas e utopias projetadas por sujeitos que partem de um reconhecimento comum de si, da comunidade e de seu território. Ao mesmo tempo em que produzem impacto local, estão relacionados a movimentos globais, afinal, submetidos a lógicas externas ao lugar no atual contexto de mundialização, representam e dialogam com resistências múltiplas na busca pelo horizonte utópico, onde o que prevalece em essência é o valor de uso, a vivência na cidade como obra, possibilitando no plano do real o usufruto das ciências, das artes, das técnicas e das relações com a natureza material.

Referências

ADORNO, Sérgio; Nery, Marcelo Batista. Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. Cad. Metrop., São Paulo, v. 21, n. 44, pp. 169-194, jan/abr 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4408>>. Acesso em 20 jun. 2021.

ALVARENGA, M. M.; SANTANA, S. B.. O Conceito de Produção do Espaço no Pensamento Geográfico. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2015, Havana. Memorias: por una américa latina unida y sustentable. Havana, 2015.

ARAÚJO, M. L. C. de. Grandes obras... Grandes impactos. Cadernos de Estudos Sociais, [S. I.], v. 17, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1269>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BASSANI, Jorge; ROVATI, J. F. ; D'OTTAVIANO, M. C. L. ; TORRES, N. R. ; SECCI, C. ; MASSIMETTI, F. T. ; RODRIGUES, M. . Workshop Internacional Ilha do Bororé - Entre a cidade informal e a preservação ambiental. 2018.

BERARDI, Maria Helena Petrillo. "Santo Amaro: História dos Bairros de São Paulo". São Paulo: Prefeitura Municipal - Secretaria de Educação e Cultura, 1981.

BOSCHI, Renato R.. A Arte da Associação. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

CANOVA, Katia. Urbanidade e Justiça Espacial na cidade de São Paulo: metodologia de análise e subsídio para tomada de decisão no planejamento urbano. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

CARLOS, A. F. A. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur
CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade. São Paulo: [s. n.], 2007. 123 p.

CARMO, Thiago Vital do. Análise da segregação socioespacial no distrito de Campo Limpo (MSP) por meio do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Trabalho de Graduação individual. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

CASTRO, Iná E. de. O espaço político: Limites e possibilidades do conceito in Olhares Geográficos, modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, Juliana Ferreira de. A governança no conselho gestor da área de proteção ambiental Bororé-Colônia, no extremo sul do município de São Paulo. Dissertação (Mestrado em MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA) - Universidade de São Paulo, 2015.

DA LAPA, Maria. Trajetória e vida na ilha do Bororé. Entrevista concedida ao GeMAP/FAUUSP. São Paulo, jun. 2021.

DAMIANI, Amelia Luisa. A Metrópole e a Industria: reflexões sobre uma urbanização crítica. Revista Terra Livre, São Paulo, v. 15, p. 21-37, 2000.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FREIRE, Paula (org.); FERRARA, Luciana (org.); WHATELY, Marussia (org.). Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

GARCIA, Joana A. B. Em busca da identidade perdida: Botafogo e a AMAB. Dissertação. (Mestrado) - Escola de Serviço social - UFRJ, Rio de Janeiro, 1993

GODOY, Tatiane. Autogestão e Direito à Cidade: A Construção de novos espaços de produção e de Reprodução da Vida no Espaço Urbano. Revista Cidades, [s. l.], v. 9, 2012.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

KOWARICK, Lúcio. A espoliação urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política: O Direito À Cidade - Vol.2 Ufmg; 2^a Revisada e Ampliada edição 2016.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo, Centauro, 2008.

LENCIOMI, S. OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CIDADE E URBANO. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74098. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MACEDO, Juliana Olívia Gomes. A Formação de um Bairro na Periferia sul de São Paulo: O caso do Jardim Moraes Prado. 2017. Dissertação (Bacharel em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MAGNANI, José G.C. Trajetos e trajetórias: uma perspectiva da antropologia urbana. Sexta-feira, Nº 8, São Paulo, Ed. 34, 2006,

MARINO, Aluizio; SILVA, Geraldo. As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal. *Indisciplinar* 5 (1), 342-361, 2019.

MASSIMETTI, Flávia Tadim. (À) margem da cidade: o extremo sul de São Paulo. Trabalho Final de Graduação apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo: 2016.

MESSIAS, Fernando Firmino. Crise do Capital e Reestruturação Metropolitana: Desdobramentos em curso na reprodução de São Paulo. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MUSEU DA PESSOA. Entrevista com Eduardo Freire - Bororé ao Mundo - Núcleo do Museu da Pessoa, 2020. Disponível em: <<https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/entrevista-com-eduardo-freire--borore-ao-mundo---nucleo-do-museu-da-pessoa-183296>>. Acesso em 20 jun. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la RAIMUNDO, Silvia Lopes. Território, Cultura e Política: Movimento cultural das Periferias, Resistência e Cidade Desejada. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REDE NOSSA SAO PAULO. Mapa da desigualdade <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/10/15/mesmo-na-pandemia-26-da-populacao-paulistana-gasta-mais-de-2-horas-em-deslocamentos/>.

RIBEIRO, Heloisa Bento. Às margens da educação. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2019.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. S. Neil Smith E O Desenvolvimento Desigual Do Capitalismo. *Revista Percurso* (Online, v. 6, p. 35-62, 2014).

SANTOS, Milton. Metamorfoses do. Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São. Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 6^a ed., 2014.

SANTOS, Milton. SÃO PAULO, Metrópole Internacional Do Terceiro Mundo. *Revista do Departamento de Geografia*, [S. I.], v. 7, p. 7-24, 2011. DOI: 10.7154/RDG.1994.0007.0001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53676>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Editora Edusp, 7^a ed., 2020.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Editora Record, 24^a ed., 2015.

SEADE. IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, São Paulo, 2010.

SEADE. São Paulo diversa: uma análise a partir de regiões da cidade. São Paulo, Janeiro/2020.

SECRETARIA DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE. Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia / São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, STCP Engenharia de Projetos Ltda, 2021.

SPORL, Andrea; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. A lei de proteção aos mananciais versus a prática social de ocupação na bacia do Guarapiranga. Revista do Departamento de Geografia, [s. l.], p. 113-129, 1997.

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. Novos Cadernos NAEA, Pará, v. 12, ed. 2, p. 241-252, 12 2009.

VALLA, V. V . Sobre Participação Popular: Uma Questão de Perspectiva. CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, v. 14, n.2, p. 7-18, 1998.

ZENHA, E. A Vila de Santo Amaro. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977.